

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DATA ABERTURA

23477.005515/2015-90

24/03/2015 15:25:30



PROCEDÊNCIA: DIRETORIA DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

INTERESSADO: PRESIDÊNCIA

ASSUNTO: DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS 2014.

EXPRESSÃO-CHAVE: DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS 2014.

ORIGEM: PRESIDÊNCIA

DESTINO: PRESIDÊNCIA

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

SEQ	DESTINO	DATA	SEQ	DESTINO	DATA	SEQ	DESTINO	DATA
01			15			29		
02			16			30		
03			17			31		
04			18			32		
05			19			33		
06			20			34		
07			21			35		
08			22			36		
09			23			37		
10			24			38		
11			25			39		
12			26			40		
13			27			41		
14			28			42		

PROCESSO ANEXADO

NÚMERO

Data

PROCESSO APENSADO

NÚMERO

DATA

DATA DA DESAPENSAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 2014

DCF/CC

Brasília – DF, abril de 2015

Presidência

Jeanne Liliane Marlene Michel

Presidente Substituta

Diretoria de Atenção à Saúde

Diretor: Celso Fernando Ribeiro de Araújo

Diretoria de Administração e Infraestrutura

Diretor: Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque

Diretoria de Controladoria e Finanças

Diretor: Walmir Gomes de Sousa

Diretoria de Gestão de Pessoas

Diretora: Jeanne Liliane Marlene Michel

Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

Diretor: Cristiano Cabral

Coordenadoria de Controladoria

Coordenador: André Luiz Cordeiro Cavalcanti

Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira: Luiz Fernando Rodrigues

Chefe de Serviço de Mensuração e Controle de Custos: Alexandre dos Santos Silva

Chefe de Serviço de Controle Orçamentário e Financeiro: Jorge Henrique Lima Lobo

SUMÁRIO

I - MENSAGEM DO DIRETOR.....	Pág. 4
II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	Pág. 5
a) Normas e Procedimentos Contábeis Adotados.....	Pág. 5
b) Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	Pág. 5
c) Balanço Patrimonial (BP).....	Pág. 6
d) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	Pág. 8
e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	Pág. 11
f) Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	Pág. 12
g) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	Pág. 13
III - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014.....	Pág. 14
<u>Nota 1.</u> Contexto Operacional.....	Pág. 14
<u>Nota 2.</u> Principais Práticas Contábeis.....	Pág. 14
<u>Nota 3.</u> Ativos.....	Pág. 15
<u>Nota 4.</u> Passivos.....	Pág. 16
<u>Nota 5.</u> Demonstração Do Resultado Do Exercício (DRE).....	Pág. 18
<u>Nota 6.</u> Conciliação entre o Balanço Patrimonial conforme a Lei 6.404/76 e o Balanço Patrimonial conforme a Lei 4.320/64, em atendimento ao estabelecido no item 9.4 do Acórdão nº 2016/2006 – TCU – Plenário.....	Pág. 20

I - MENSAGEM DO DIRETOR

Com o objetivo de atender o disposto no art. 22, inciso V do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011 e demais normas em vigor, foram elaboradas as demonstrações financeiras com base na Lei 6.404/76, para análise conjunta do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da EBSERH.

Cumprе ressaltar que a EBSERH, uma empresa pública de direito privado, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto as de direito privado. No caso específico das demonstrações contábeis, devem ser observadas a Legislação Societária, Lei 6.404/76 e suas alterações, a Legislação aplicada ao Setor Público, Lei 4.320/64, além da legislação fiscal.

As demonstrações contábeis apresentadas neste relatório, portanto, não devem ser analisadas apenas sob a ótica de uma ou de outra legislação, mas dessas em conjunto, haja vista terem sido elaboradas por meio de conciliações entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 4.320/64, operacionalizada no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – e as demonstrações previstas na Lei 6.404/76, bem como nas normas internacionais de contabilidade societária e do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

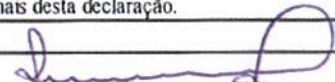
As referidas demonstrações foram elaboradas pelo Serviço de Contabilidade Financeira, sob a coordenação da Coordenadoria de Controladoria, de forma consolidada, ou seja, os atos e fatos que ensejaram os lançamentos são de responsabilidade de cada filial e da sede. Dessa forma, sempre que necessário, devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos que ensejaram a contabilização.

II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) Normas e Procedimentos Contábeis Adotados

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, conforme previsto no seu Estatuto, Decreto 7.661, de 28 de dezembro de 2011, reger-se-á pela Lei nº 12.550, de 2011, pela Lei nº 6.404, de 1976, por seu Estatuto e pelas demais normas que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma empresa pública de direito privado, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto de direito privado. No caso específico das demonstrações contábeis, devem ser observadas a Legislação Societária, Lei 6.404/76 e suas alterações, a Legislação aplicada ao Setor Público, Lei 4.320/64, além, é claro a legislação fiscal, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil. Além disso, observou e adotou as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade-CFC nº 1.128/2008 e atualizações que aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBC T 16.1.

b) Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa			Código da UG
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH			155007
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Relatório de Gestão 2014 (BP-Balanco Patrimonial, DRE-Demonstração do Resultado do Exercício, DFC-Demonstração dos Fluxos de Caixa, DVA-Demonstração de Valor Adicionado, DMPL-Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis), regidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, relativos ao exercício de 2014 do órgão 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial e de acordo com procedimentos de conciliação realizados para adequação das normas de contabilidade pública às normas de contabilidade societária.			
Declaro, ainda, que não foram avaliados os lançamentos contábeis que deram origem às demonstrações contábeis, de forma individualizada, tendo em vista que os dados são obtidos da execução via SIAFI, na sede e nas filiais, permitindo assim, apenas uma visão estática dos demonstrativos contábeis.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília - DF	Data	22.04.2015
Contador Responsável	Luiz Fernando Rodrigues 	CRC nº	DF 018658/O-2

c) Balanço Patrimonial (BP)

Em R\$

BALANÇO PATRIMONIAL - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 - VALORES COM SALDO ACUMULADO

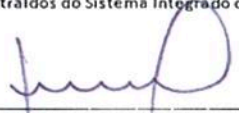
ANUALMENTE

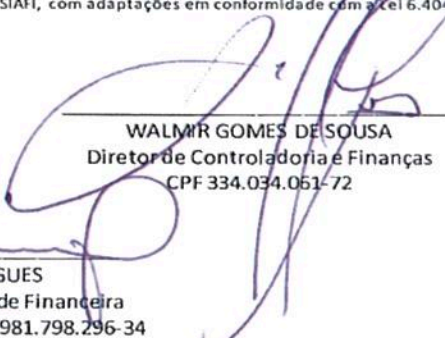
DESCRIÇÃO	ANO	
	2014 (a)	2013 (b)
ATIVO		
CIRCULANTE	65.740.590,66	27.152.033,43
Caixa e Equivalente de Caixa	53.743.132,12	23.991.191,82
Banco c/ Movimento-Tesouro Conta Única	27.950.063,56	17.963.524,73
Recursos da conta única aplicados	27.950.063,56	17.963.524,73
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	25.793.068,56	6.027.667,09
Limite saque c/ vinculação de pagamento	25.793.068,56	6.027.667,09
Créditos em Circulação	715.303,85	99.516,42
Adiantamentos Concedidos	368.452,58	99.516,42
13º Salário - Adiantamento	368.452,58	99.516,42
Créditos Pessoal Cedido	346.851,27	-
Bens e Valores em Circulação	11.282.154,69	3.061.325,19
Estoques Internos	11.282.154,69	3.061.325,19
Medicamentos e materiais hospitalares	9.280.652,30	2.933.554,33
Material de Consumo - Almoarifado	2.001.502,39	127.770,86
NÃO-CIRCULANTE	38.863.665,62	11.703.020,02
Imobilizado	27.943.540,34	9.820.437,18
Bens Imóveis	36.335,00	-
Bens Móveis	31.147.581,54	10.451.797,60
Aparelhos de Medição e Orientação	29.717,21	16.070,59
Aparelhos e Equip. de Comunicação	1.924.355,69	15.980,00
Apar.Equip.e Utens.Méd., Odont., Lab.e Hosp	4.969.475,58	1.056.364,06
Aparelhos e Utensílios Domésticos	37.600,63	24.867,93
Equipamentos de Prot., Segurança e Socorro	99.721,91	120.897,23
Máquinas e Equipamentos Energéticos	82.425,00	65.300,00
Máquinas e Equipamentos Gráficos	248,00	-
Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	358.245,91	30.271,95
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	18.355,28	7.734,18
Equipamentos de Processamento de Dados	18.548.625,97	4.950.648,27
Máquinas Instal.e Utens. De Escritório	84.585,00	84.246,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.901,00	2.901,00
Mobiliário em Geral	3.296.606,21	2.510.112,99
Veículos diversos	1.200,00	-
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	1.690.974,15	1.563.859,40
Material de Uso Duradouro	2.544,00	2.544,00
Depreciações	(3.240.376,20)	(631.360,42)
Intangível	10.920.125,28	1.882.582,84
Software	9.710.918,95	2.021.070,90
Em fase de Desenvolvimento	2.108.231,63	-
Amortizações	(899.025,30)	(138.488,06)
TOTAL DO ATIVO	104.604.256,28	38.855.053,45

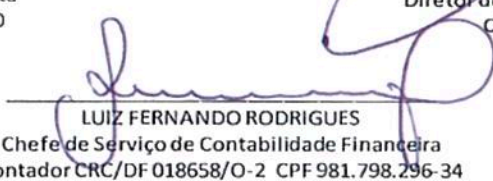
BALANÇO PATRIMONIAL - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 - VALORES COM SALDO ACUMULADO ANUALMENTE

DESCRIÇÃO	ANO	
	2014 (a)	2013 (b)
PASSIVO		
CIRCULANTE	102.927.967,07	17.324.247,28
Consignações	3.965.083,65	66.079,24
Previdência Social	3.723.876,83	-
Tesouro Nacional	218.335,92	53.268,68
Impostos e Contribuições Diversos	218.335,92	53.268,68
Tesouro Estadual e Municipal	22.870,90	12.810,56
ISS	22.870,90	12.810,56
Obrigações em Circulação	98.962.883,42	17.258.168,04
Fornecedores	10.808.399,84	6.968.199,10
do Exercício a pagar	7.850.323,39	822.179,69
de Exercícios Anteriores	117.726,58	-
do Exercício em Liquidação	2.840.349,87	6.146.019,41
Provisões de Pessoal	18.490.116,30	4.923.051,58
Depósitos Retidos	29.623,17	-
Provisão de Férias	18.301.613,13	4.923.051,58
Provisão de Contingências	158.880,00	-
Provisões de IRPJ e CSLL	-	2.881.646,55
Provisão para IRPJ	-	2.117.269,52
Provisão p/ Contrib. Social s/ Lucro	-	764.377,03
Adiantamentos Recebidos	32.518.155,56	2.485.270,81
Adiant. Subvenções e Receita SUS	32.342.295,56	2.485.270,81
Adiant. Entidades - Concursos	175.860,00	-
Aumento de Capital - AFAC	37.146.211,72	-
NÃO-CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.676.289,21	21.530.806,17
Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social Subscrito e Integralizado	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas	-	16.530.806,17
Reserva de Capital	-	10.755.414,60
Reserva de Transf. p/ Aumento de Capital-AFAC	-	10.755.414,60
Reservas de Lucros	-	5.775.391,57
Reserva Legal	-	288.769,58
Reserva de lucros para expansão	-	5.486.621,99
Resultados Acumulados	(3.323.710,79)	5.775.391,57
de Exercícios Anteriores	-	(35.480,96)
do Exercício	(3.323.710,79)	5.810.872,53
TOTAL DO PASSIVO	104.604.256,28	38.855.053,45

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.


 JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
 Presidente Substituta
 CPF 028.543.778-00


 WALDIR GOMES DE SOUSA
 Diretor de Controladoria e Finanças
 CPF 334.034.051-72


 LUIZ FERNANDO RODRIGUES
 Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira
 Contador CRC/DF 018658/O-2 CPF 981.798.296-34

d) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Em R\$

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76

DESCRIÇÃO	Nota	% variação mensal (a-b)/(b)*100	Valores aumentados ou reduzidos: (c)= (a) - (b)	2014 (a)	2013 (b)
Receita de Serviço Hospitalar - SUS		46	10.154.981,39	32.154.981,39	22.000.000,00
Subvenção Financeira Recebida		560	449.493.224,78	529.780.654,55	80.287.429,77
Receita Operacional Bruta		449	459.648.206,17	561.935.635,94	102.287.429,77
Despesas Operacionais		511	(483.766.899,89)	(578.467.201,11)	(94.700.301,22)
Despesa com pessoal	5.1	600	(422.202.526,51)	(492.556.256,42)	(70.353.729,91)
SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI		(97)	6.332.487,91	(224.046,46)	(6.556.534,37)
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE CONTRAT		-	108.067,00	-	(108.067,00)
ADICIONAL DE ATIV PENOSAS - CONTR.		-	(1.518.985,74)	(1.518.985,74)	-
13. SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO		-	45.848,99	-	(45.848,99)
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - CO		-	186.991,23	-	(186.991,23)
VENCIMENTOS E SALARIOS		983	(173.846.810,13)	(191.536.042,93)	(17.689.232,80)
ADICIONAL NOTURNO		2.360	(2.124.217,13)	(2.214.243,19)	(90.026,06)
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE		8.819	(604.937,29)	(611.796,47)	(6.859,18)
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		139.242	(22.142.304,97)	(22.158.206,97)	(15.902,00)
GRATIFICACAO POR EXERC. DE CARGO EFETIVO		-	237.561,01	-	(237.561,01)
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMI		172	(30.377.987,36)	(48.045.912,10)	(17.667.924,74)
GRATIFICACAO POR ATIVIDADES EXPOST		(50)	49.958,18	(50.404,18)	(100.362,36)
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS		-	15.447,24	-	(15.447,24)
13. SALARIO		586	(19.338.361,00)	(22.638.186,89)	(3.299.825,89)
FERIAS - ABONO PECUNIARIO		581	(285.921,97)	(335.129,19)	(49.207,22)
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL		464	(1.878.676,88)	(2.283.820,40)	(405.143,52)
FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO		5.640	(778.771,11)	(792.580,23)	(13.809,12)
REMUN. PARTICIP. ORGAOS DELIBER. COLETIVA		344	(276.066,39)	(356.213,87)	(80.147,48)
FGTS		511	(14.036.644,69)	(16.781.005,14)	(2.744.360,45)
MULTAS INDEDUTIVEIS		-	8,77	-	(8,77)
MULTAS DEDUTIVEIS		-	(125.707,70)	(125.707,70)	-
SUBSTITUICOES		556	(815.322,66)	(961.909,35)	(146.586,69)
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PE		-	11.277,35	-	(11.277,35)
SERVICOS EXTRAORDINARIOS		-	(380,04)	(380,04)	-
OBRIGACOES PATRONAIS		-	(997,42)	(997,42)	-
RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL RE		(85)	213.251,56	(38.914,25)	(252.165,81)
INDENIZACOES E RESTIT. TRAB. ATIVO CIVIL		123	(952.067,41)	(1.725.733,49)	(773.666,08)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS		263	(1.124.408,31)	(1.552.349,24)	(427.940,93)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES		132	(249.557,96)	(438.261,15)	(188.703,19)
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS		538	(49.119.855,19)	(58.244.745,62)	(9.124.890,43)
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS		393	(361.597,05)	(453.676,04)	(92.078,99)
JUROS		-	(16.849,99)	(16.849,99)	-
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS		686	(22.325.301,24)	(25.578.288,81)	(3.252.987,57)
AUXILIO-CRECHE CIVIL		871	(1.614.098,79)	(1.799.385,04)	(185.286,25)
AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO		-	(22.415,51)	(22.415,51)	-
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS		1.633	(794.333,89)	(842.977,53)	(48.643,64)
TRANSPORTE DE SERVIDORES		166	(295.789,64)	(474.034,49)	(178.244,85)
AUXILIO A PES. FISICAS-SUP.TUTORIA MAIS MÉDICOS		5.022	(63.224.000,00)	(64.483.000,00)	(1.259.000,00)
RESTITUICOES		-	(1.475.708,17)	(1.475.708,17)	-
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL		303	(134.606,77)	(179.097,27)	(44.490,50)
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLÓGICA		2.123	(2.581.769,63)	(2.703.373,39)	(121.603,76)
RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.		-	(792,48)	(792,48)	-
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS		(41)	4.004,69	(5.848,17)	(9.852,86)
Contribuição Sindical / Depósito Judicial		-	(193.314,05)	(193.314,05)	-
PROVISAO PARA 13 SALARIO		-	(8.154.481,91)	(8.154.481,91)	-
PROVISAO PARA FERIAS		172	(8.455.509,97)	(13.378.561,55)	(4.923.051,58)
PROVISOES PARA CONTINGENCIAS		-	(158.880,00)	(158.880,00)	-
Despesa com diárias		88	(3.390.334,83)	(7.232.647,81)	(3.842.312,98)
DIARIAS NO PAIS		110	(1.168.038,12)	(2.231.473,45)	(1.063.435,33)
DIARIAS NO EXTERIOR		1.426	(485.404,37)	(519.448,84)	(34.044,47)
PASSAGENS PARA O PAIS		76	(1.865.443,81)	(4.317.573,31)	(2.452.129,50)
PASSAGENS PARA O EXTERIOR		-	(134.801,01)	(134.801,01)	-
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS		(90)	263.352,48	(29.351,20)	(292.703,68)
Despesa com Assessoria		63	(2.261.937,59)	(5.838.747,59)	(3.576.810,00)
UNESCO		-	(774.265,59)	(774.265,59)	-
ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURÍDICA		42	(1.487.672,00)	(5.064.482,00)	(3.576.810,00)

					Em R\$	
DESCRIÇÃO	Nota	% variação mensal (a-b)/(b)*100	Valores aumentados ou reduzidos: (c)= a - (b)	2014 (a)	2013 (b)	
Despesa com Material/Serviço Médicos		1.526	(756.382,40)	(805.938,82)	(49.556,42)	
SERV. MEDICO-HOSPITAL, ODONTOL E LABORATORIAIS		569	(282.059,30)	(331.615,72)	(49.556,42)	
SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CLÍNICAS		-	(474.323,10)	(474.323,10)	-	
Despesa com Aluguel		80	(6.573.985,59)	(14.824.482,58)	(8.250.496,99)	
LOCACAO DE IMOVEIS		1	(92.762,30)	(7.229.718,59)	(7.136.956,29)	
LOCACAO DE SOFTWARES		2.912	(5.316.246,03)	(5.498.779,34)	(182.533,31)	
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		182	(171.452,34)	(265.587,65)	(94.135,31)	
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE		3.218	(832.292,58)	(858.155,08)	(25.862,50)	
CONDOMINIOS		20	(161.232,34)	(972.241,92)	(811.009,58)	
Despesas Administrativas	5.2	600	(5.821.316,92)	(6.792.073,18)	(970.756,26)	
MATERIAL DE CONSUMO POR REQUISICAO		596	(5.199.858,89)	(6.072.972,34)	(873.113,45)	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOM		-	(39.138,50)	(39.138,50)	-	
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS		131	(41.861,60)	(73.701,80)	(31.840,20)	
SERVICOS JUDICIARIOS		-	(60,00)	(60,00)	-	
SEGUROS EM GERAL		-	(71.230,42)	(71.230,42)	-	
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO		713	(469.167,51)	(534.970,12)	(65.802,61)	
Despesa com material de informática	5.3	375	(3.317.317,75)	(4.202.247,68)	(884.929,93)	
MANUTENCAO DE SOFTWARE		80	(511.673,33)	(1.148.161,00)	(636.487,67)	
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE T.I.		(11)	4.223,19	(35.256,81)	(39.480,00)	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		-	(1.095.083,32)	(1.095.083,32)	-	
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.		-	(1.612.603,79)	(1.612.603,79)	-	
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES		49	(101.779,68)	(310.192,76)	(208.413,08)	
SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO		73	(400,82)	(950,00)	(549,18)	
Despesa com serviços de terceiros	5.4	567	(27.259.974,96)	(32.070.282,78)	(4.810.307,82)	
LIMPEZA E CONSERVACAO		162	(355.862,66)	(575.291,98)	(219.429,32)	
VIGILANCIA OSTENSIVA		201	(1.332.355,66)	(1.994.995,65)	(662.629,99)	
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS		-	(5.777.855,40)	(5.777.855,40)	-	
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS		26.872	(5.056.320,67)	(5.075.136,67)	(18.816,00)	
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		-	(1.794.740,21)	(1.794.740,21)	-	
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS		-	(15.074,51)	(15.074,51)	-	
MANUT. E CONS. DE B.MOVEIS DE OUTRAS		2.864	(23.758,17)	(24.587,77)	(829,60)	
EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS		-	(13.067,00)	(13.067,00)	-	
SUPORTE A USUARIOS DE T.I.		16.905	(2.276.712,54)	(2.290.180,14)	(13.467,60)	
LIMPEZA E CONSERVACAO		558	(3.499.539,03)	(4.126.736,62)	(627.197,59)	
MULTAS INDEUTIVEIS		-	109.519,75	-	(109.519,75)	
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO		520	(1.184.223,30)	(1.411.977,40)	(227.754,10)	
SERVICOS DE ENERGIA ELÉTRICA		582	(1.688.161,77)	(1.978.143,23)	(289.981,46)	
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO		577	(34.312,37)	(40.262,37)	(5.950,00)	
SERVICOS DE GAS		196	(64.767,27)	(97.828,16)	(33.060,89)	
SERVICOS DOMESTICOS - COPA E COZINHA		1.855	(1.103.139,45)	(1.162.595,23)	(59.455,78)	
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL		-	(21.502,26)	(21.502,26)	-	
SERVICOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL		-	14.976,19	-	(14.976,19)	
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO		-	6.240,00	-	(6.240,00)	
SERVICOS DE CONTROLE AMBIENTAL		-	29.166,60	-	(29.166,60)	
CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS		(18)	35.390,62	(163.899,43)	(199.290,05)	
FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS		298	(19.176,06)	(25.619,34)	(6.443,28)	
SERVICO DE INCINERACAO, DESTRUICAO E DEMOLICAO		-	(106.939,75)	(106.939,75)	-	
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO		-	(22.196,56)	(22.196,56)	-	
SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO - ÓRGÃO PÚBLICO		-	2.687,86	-	(2.687,86)	
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL		116	(2.247.541,40)	(4.192.545,56)	(1.945.004,16)	
SERVICOS DE COPA E COZINHA		54	(93.568,21)	(268.113,51)	(174.545,30)	
COMISSOES E CORRETAGENS		13	(2.818,79)	(24.347,01)	(21.528,22)	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF		-	8.752,81	-	(8.752,81)	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ		5.220	(285.332,82)	(290.799,14)	(5.466,32)	
SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR		-	(46.586,54)	-	-	
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E O		164	(44.462,50)	(71.512,50)	(27.050,00)	
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE		1.432	(230.168,57)	(246.237,42)	(16.068,85)	
SERVICOS JUDICIARIOS		295	(11.336,22)	(15.174,82)	(3.838,60)	
SERVICOS BANCARIOS		-	(29.255,11)	(29.255,11)	-	
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES		104	(84.314,38)	(165.471,88)	(81.157,50)	
ASSINATURAS DE PERIOD. ANUID. INTRA		-	(1.609,61)	(1.609,61)	-	
Despesa com serviço de seleção e treinamento		694	(4.421.711,54)	(5.058.837,70)	(637.126,16)	
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO		674	(4.253.155,43)	(4.884.234,43)	(631.079,00)	
TREINAMENTO - EM ÓRGÃO PÚBLICO		-	460,00	-	(460,00)	
SERV. SELECAO E TREINAMENTO - PF (INCLUSIVE GECC)		3.025	(169.016,11)	(174.603,27)	(5.587,16)	
Despesa com publicidade		123	(363.142,86)	(657.907,59)	(294.764,73)	
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL		123	(363.142,86)	(657.907,59)	(294.764,73)	

Em R\$

DESCRIÇÃO	Nota	% variação mensal (a-b)/(b)*100	Valores aumentados ou reduzidos: (c)= (a) - (b)	2014 (a)	2013 (b)
Despesa com tributos		1.223	(2.937.216,88)	(3.177.440,18)	(240.223,30)
TAXAS		280	(8.030,89)	(10.901,21)	(2.870,32)
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUT		(100)	52.645,15	(68,03)	(52.713,18)
IMPOSTO S/ PROP. PREDIAL E TERRIT.URB-IPU		82	(110.398,38)	(245.291,78)	(134.893,40)
IMPOSTO DE RENDA		-	34.990,00	-	(34.990,00)
IMPOSTO DE RENDA - INTRA ORCAMENTÁRIO		-	(2.144.511,95)	(2.144.511,95)	-
CONTRIBUICAO SOCIAL S/ LUCRO		5.080	(749.620,63)	(764.377,03)	(14.756,40)
MULTAS DEDUTIVEIS		-	(5.448,48)	(5.448,48)	-
JUROS		-	(1.157,80)	(1.157,80)	-
CONTRIBUICAO SINDICAL		-	(5.683,90)	(5.683,90)	-
Outras despesas		9.576	(1.861.347,52)	(1.880.785,76)	(19.438,24)
INDENIZACOES E RESTITUICOES		3.216	(56.982,58)	(58.754,31)	(1.771,73)
INDENIZACOES E RESTITUICOES		-	(129.900,00)	(129.900,00)	-
ENCARGOS SELIC - CORREÇÃO AFAC		-	(1.474.098,43)	(1.474.098,43)	-
RESTITUICOES		-	17.666,51	-	(17.666,51)
ATUALIZACAO MONETARIA NAO FINANCEI		-	(218.033,02)	(218.033,02)	-
Despesa com depreciação e amortização		338	(2.599.704,54)	(3.369.553,02)	(769.848,48)
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTÃO		338	(2.599.704,54)	(3.369.553,02)	(769.848,48)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(318)	(24.118.693,72)	(16.531.565,17)	7.587.128,55
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		572	6.327.072,28	7.432.462,81	1.105.390,53
Receitas Financeiras		596	2.870.170,65	3.352.129,50	481.958,85
Receita de Aplicação Financeira		596	2.870.170,65	3.352.129,50	481.958,85
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		596	2.870.170,65	3.352.129,50	481.958,85
Receita de concurso	5.5	178	18.722.813,48	29.214.985,66	10.492.172,18
Despesa de Concurso - por Restituições e Apropriações	5.5	155	(15.265.911,85)	(25.134.652,35)	(9.868.740,50)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		(205)	(17.791.621,44)	(9.099.102,36)	8.692.519,08
Provisão Contribuição Social		-	764.377,03	-	(764.377,03)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		(215)	(17.027.244,41)	(9.099.102,36)	7.928.142,05
Provisão Imposto de Renda		-	2.117.269,52	-	(2.117.269,52)
RESULTADO DO PERÍODO		(257)	(14.909.974,89)	(9.099.102,36)	5.810.872,53

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
Presidente Substituta
CPF 028.543.778-00

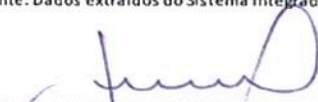
WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor de Controladoria e Finanças
CPF 334.034.061-72

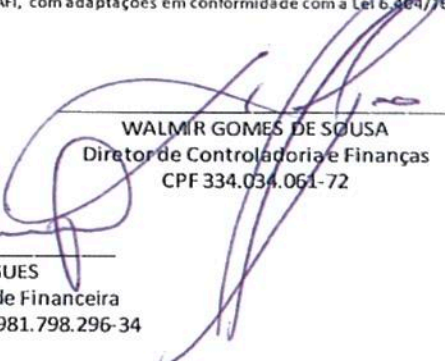
LUZ FERNANDO RODRIGUES
Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira
Contador CRC/DF 018658/O-2 CPF 981.798.296-34

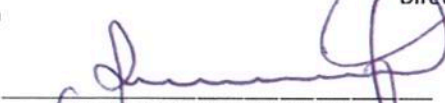
e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
DESCRIÇÃO	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(9.099.102,36)	5.810.872,53
AJUSTES por:		
Depreciação e Amortização	3.369.553,02	769.848,48
Contas a Receber - Adiantamento de 13º Salário	(615.787,43)	(64.783,72)
Estoques	(8.220.829,50)	(3.061.325,19)
Consignações a Pagar	3.899.004,41	66.079,24
Fornecedores a Pagar	3.840.200,74	6.508.895,60
Pessoal a pagar	-	(3.869,62)
Provisão para IRPJ E CSLL	(2.881.646,55)	2.881.646,55
Provisões de Férias	13.378.561,55	4.923.051,58
Depósitos Retidos	29.623,17	-
Provisão para contingências	158.880,00	-
Adiantamento de Subvenções e Receita SUS	30.032.884,75	2.485.270,81
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	33.891.341,80	20.315.686,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras de Ativo Imobilizado	(20.732.118,94)	(10.443.047,60)
Compras de Ativo Intangível	(9.798.079,68)	(2.021.070,90)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(30.530.198,62)	(12.464.118,50)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Reserva de Transf. para Aumento de Capital - AFAC	26.390.797,12	10.755.414,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	26.390.797,12	10.755.414,60
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	29.751.940,30	18.606.982,36
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	23.991.191,82	5.384.209,46
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	53.743.132,12	23.991.191,82

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.464/75.


JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
Presidente Substituta
CPF 028.543.778-00

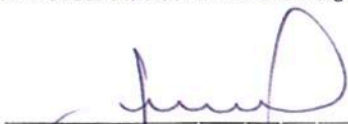

WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor de Controladoria e Finanças
CPF 334.034.061-72

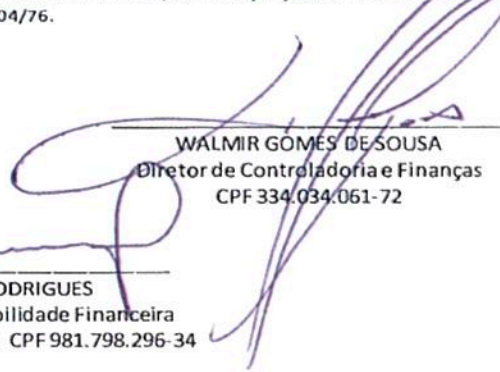

LUIZ FERNANDO RODRIGUES
Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira
Contador CRC/DF 018658/O-2 CPF 981.798.296-34


f) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - DVA		
Descrição	2014	2013
Geração do Valor Adicionado		
1 - Receitas	32.154.981,39	22.000.000,00
Atividades Operacionais	32.154.981,39	22.000.000,00
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	37.613.458,17	11.243.689,56
Materiais de consumo	6.607.942,46	938.916,06
Energia elétrica, água e esgoto	2.116.233,76	295.931,46
Serviços de terceiros	28.889.281,95	10.008.842,04
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(5.458.476,78)	10.756.310,44
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	(3.369.553,02)	769.848,48
Depreciação do Período	(2.609.015,78)	631.360,42
Amortização do Período	(760.537,24)	138.488,06
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(2.088.923,76)	9.986.461,96
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferências	529.780.654,55	80.287.429,77
Repasse e cotas financeiras	529.780.654,55	80.287.429,77
Receitas Financeiras	7.432.462,81	22.000.000,00
7 - Valor adicionado total a distribuir (4+6)	527.691.730,79	90.273.891,73
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1) Remuneração do Trabalho	(499.788.904,23)	74.196.042,89
Pessoal e Diárias	(424.309.477,43)	62.234.713,02
Encargos	(75.479.426,80)	11.961.329,87
8.2) Remuneração do Governo	(3.177.440,18)	3.121.869,85
Impostos, Taxas e Contribuições	(3.177.440,18)	240.223,30
Provisão p/ Imposto de Renda	0	2.117.269,52
Provisão para CSLL	0	764.377,03
8.3) Remuneração do Capital de Terceiros	(14.824.482,58)	8.250.496,99
Aluguéis	(14.824.482,58)	8.250.496,99
8.4) Remuneração do Capital Próprio	(9.099.102,36)	5.810.872,53
Resultado do Exercício	(9.099.102,36)	5.810.872,53

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

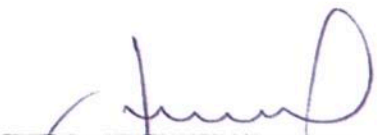

JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
Presidente Substituta
CPF 028.543.778-00

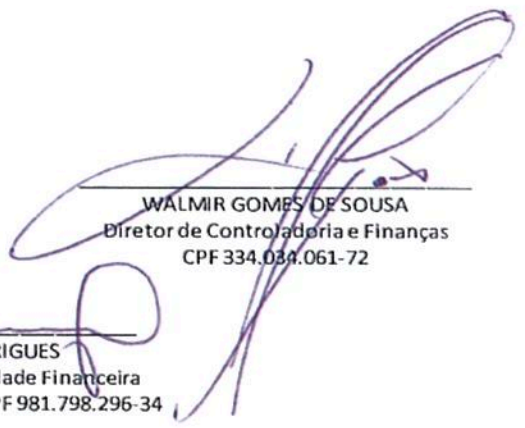

WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor de Controladoria e Finanças
CPF 334.034.061-72



LUIZ FERNANDO RODRIGUES
Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira
Contador CRC/DF 018658/O-2 CPF 981.798.296-34

g) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
FINDO EM 31.12.2014 EM (R\$)					
Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais 31/12/2013	5.000.000,00	10.755.414,60	5.775.391,57	0,00	21.530.806,17
Resultado Líquido do Exercício				(9.099.102,36)	
Compensação do Prejuízo			(5.775.391,57)	5.775.391,57	
Ajustes de Instrumentos Financeiros e de capital (AFAC)		(10.755.414,60)			(10.755.414,60)
Saldos Finais em 31/12/2014	5.000.000,00	0,00	0,00	(3.323.710,79)	1.676.289,21


JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
Presidente Substituta
CPF 028.543.778-00


WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor de Controladoria e Finanças
CPF 334.034.061-72


LUIZ FERNANDO RODRIGUES
Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira
Contador CRC/DF 018658/O-2 CPF 981.798.296-34

III - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014

Nota 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH integra um conjunto de ações empreendidas pelo Governo Federal no sentido de gerenciar os hospitais vinculados às universidades federais, e teve sua criação efetivada, em 2011, por meio da Lei nº 12.550 de 2011, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2011. É empresa pública federal, unipessoal, vinculada ao Ministério da Educação, com capital social 100% integralizado pela União.

O Estatuto Social da EBSERH foi aprovado por meio do Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e define que esta tem a finalidade de: Art. 3º - "... prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública...".

As demonstrações financeiras da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A EBSERH integra a Administração Pública Federal, utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total para compor o Balanço Geral da União-BGU.

As demonstrações financeiras do exercício de 2014 evidenciam, além da execução orçamentária e financeira da sede, as atividades de execução orçamentária e financeira das filiais Hospital Universitário do Piauí, Hospital Universitário de Brasília, Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Universitário Ana Bezerra, Maternidade Escola Januário Cicco e Hospital Universitário de Sergipe.

Importante destacar que o SIAFI, de onde se extraem os dados para a composição das demonstrações, não está totalmente estruturado para elaborar e disponibilizar os demonstrativos contábeis para atender a Lei 6404/76 e alterações subsequentes em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a EBSERH realizou ajustes nas Demonstrações Contábeis para uma melhor transparência e espelhar a realidade dentro das Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas Contábeis Internacionais. Os ajustes realizados se referem ao capital social subscrito/integralizado, ao termo de cooperação e à dívida existente da EBSERH para com o Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES.

Nota 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades por Ações em decorrência da obrigatoriedade da conciliação com base nos dados extraídos do SIAFI. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31-12-2015 foram classificados como Circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante;

2.2 REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Nota 3. ATIVOS

São os bens e direitos que a empresa possui e são demonstrados ordem decrescente de realização.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem Recursos da conta única aplicados e Limite de saque c/ vinculação de pagamento. Os Recursos da conta única aplicados advêm das receitas de concursos realizados durante o ano de 2014 e da contratualização com os hospitais HUPI, HUOL, MEJC e HUAB em observância a contratos firmados entre as Prefeituras de Teresina-PI, Natal-RN e Santa Cruz-RN por meio da Fundação Nacional de Saúde e a EBSERH. Já o Limite de saque c/ vinculação de pagamento são recursos alocados pela STN com o fim de atender despesas de custeio e de investimento.

3.2 CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

a) Créditos Pessoal Cedido

São valores referentes ao cálculo da folha de pagamento de pessoal da EBSERH cedido para outros órgãos. Nesse caso, os valores são processados no SIAPE, pagos ao empregado, gerando um direito para a empresa perante o órgão cessionário.

b) Adiantamentos Concedidos

São valores referentes aos pagamentos da antecipação da parcela do 13º salário, bem como de férias em virtude de solicitação de servidores que entram de férias e solicitam a antecipação. Além disso, compõem essa conta o adiantamento para suprimento de fundos para despesas emergências, pequeno vulto conforme prevê legislação vigente.

3.3 BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

a) Estoques

Os estoques se subdividem em dois grupos, estoques de distribuição – formados principalmente pelos medicamentos – e estoques Internos Almoxarifado, formados por material de consumo, gêneros alimentícios, materiais de construção, materiais de telecomunicações, medicamentos e materiais hospitalares e material de expediente. Os estoques são registrados pelo valor das notas fiscais de compra.

3.4 IMOBILIZADO

Os grupos Bens Imóveis são demonstrados pelo custo da benfeitoria realizada. Demais itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos a correspondente depreciação. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

3.5 INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A EBSERH possui registrado os direitos de software de sua propriedade ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de produção ou desenvolvimento, menos a respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

Nota 4. PASSIVOS

São os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São demonstrados em ordem crescente de exigibilidade.

4.1 CONSIGNAÇÕES

As consignações representam valores de tributos Federais, Estaduais e Municipais retidos pela EBSERH e suas filiais. Esse passivo origina-se da execução da folha de pagamento de pessoal e contratações diversas, bem como das aquisições de produtos e serviços de fornecedores sobre os quais a legislação fiscal exige retenção por parte do contratante.

4.2 OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

As obrigações em circulação são formadas por valores devidos a fornecedores, pessoal, provisões trabalhistas etc. No caso dos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal da operação da empresa, sendo classificadas como passivos circulantes uma vez que o pagamento é devido até o fim do exercício social seguinte. Caso contrário, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são reconhecidas ao valor da execução financeira, de acordo com os documentos suportes correspondentes.

Chama-se atenção para o AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, pois até 31/10/2014, vinha sendo contabilizado em conta do Patrimônio Líquido e corrigido mensalmente pela Taxa SELIC. A partir de novembro, com base em determinação contida no processo nº 23477.007217/2014-53, do Ministério da Fazenda, enviado por meio do ofício nº 1239/2014-PGFC-CAS, de 24 junho de 2014, os valores relativos ao AFAC passaram a ser contabilizados no Passivo Circulante. Entretanto, tal determinação não se mostra compatível com a natureza da conta, pois não representa uma exigibilidade no curto prazo. Não obstante, cumpriu-se a determinação.

A conta “Provisão para Contingências” é constituída a partir de informações obtidas da Assessoria Jurídica da Ebserh. Segundo a Assessoria, a maior parte são referentes aos concursos, com obrigações de “fazer”, por exemplo, de contratar, reservar vaga. As que possuem valores são as que, efetivamente, referem-se aos requerimentos (pedidos) constantes nas ações; por exemplo: indenizações, responsabilidade civil. Os valores são estimados e segundo metodologia da referida Assessoria, a classificação se dá de acordo com a possibilidade de sucesso do requerente na referida ação em REMOTA, PROVÁVEL E POSSÍVEL. A classificação como remota geralmente é quando o pedido liminar foi indeferido; provável, deferido, e possível, sentença procedente (e pendente de recurso).

4.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas Capital Social, Reservas de Lucro e Resultados do Exercício. O capital social está representado pelo valor inicialmente subscrito na constituição da empresa. Atualmente todos os aportes feitos pelo Governo Federal destinados a investimentos estão registrados na conta AFAC. Para que haja atualização desse valor, a Diretoria de Controladoria e Finanças está elaborando proposta de transferências dos recursos registrados no AFAC para o aumento do Capital Social da empresa. Tal procedimento requer que haja autorização da Presidência da República, por meio de Decreto.

A reserva de transferência para futuro aumento de capital – AFAC, por determinação do ofício nº 1239/2014-PGFC-CAS, de 24 junho de 2014 passou a ser contabilizada no Passivo Circulante. Portanto, os valores constituídos em 2014, somados ao saldo de 31/12/2013, totalizaram R\$ 37.146.211,72.

Observe-se que nem todos os itens que compõem os bens permanentes da EBSEH foram custeados pelo AFAC. O montante de R\$ 1.717.453,90, foi custeado pelo capital social já subscrito e integralizado em 07 de março de 2012, conforme registro de arrecadação (RA) constante do SIAFI com o nº 2012RA000001, código de recolhimento tesouro nº 48816-0, no valor de R\$ 5.000.000,00.

As Reservas Legal e de Lucros para Expansão foram constituídas no encerramento do Exercício de 2013. Conforme consta da nota explicativa nº 09, daquele exercício, o valor se refere ao saldo remanescente do resultado do período R\$ 5.810.872,53 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, oitocentos e setenta e dois reais, cinquenta e três centavos) menos o prejuízo acumulado do exercício de 2012 R\$ 35.480,96 (trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, noventa e seis centavos). R\$ 288.769,58 (duzentos e oitenta

e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, cinquenta e oito centavos foram destinados a reserva legal.

As reservas de lucro são constituídas pela apropriação de lucros da companhia. No caso da Reserva Legal, a Lei 6.404/76 prevê que do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Tendo vista que a empresa vem acumulando prejuízos ao longo do ano, a referida reserva deixou de ser constituída ficando atualmente em 5,78% (cinco vírgula setenta e oito por cento) do Capital social integralizado.

Após a apresentação das Demonstrações Contábeis ao Conselho Fiscal e de Administração, em 22 de abril de 2015, a proposta da Diretoria de Controladoria e Finanças foi de que o prejuízo do exercício de 2014 no montante de R\$ 9.099.102,36 fosse absorvido pelas reservas de lucros, em observância ao disposto no § único do art. 189, da Lei 6.40/76:

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda

Parágrafo único. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Dessa forma o resultado acumulado em 2014 após absorção do prejuízo pelas reservas de lucro de 2013 totalizou um resultado negativo de (R\$ 3.323.710,79).

Nota 5. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Nesta demonstração evidencia-se o resultado do período que é apurado pelo confronto das receitas e despesas do exercício de 2014. O resultado teve influência das receitas de contratualizações SUS, concursos e aplicações financeiras, deduzindo-se as despesas operacionais, tais como pessoal, diárias, assessoria, aluguéis e serviços de terceiros. Apurou-se um resultado negativo de R\$ 9.099.102,36.

O resultado do exercício negativo de em 2014 reflete o impacto da constituição das provisões e da amortização que não são consignadas no orçamento da União por se tratar de despesas patrimoniais. A receita orçamentária somente é reconhecida no momento do pagamento das despesas provisionadas. O reconhecimento da diminuição por amortização não é consignado com um fundo orçamentário para reposição dos saldos patrimoniais.

5.1 – grupo Despesas Operacionais, subgrupo Despesas com Pessoal e as contas deste destacadas na DRE - A variação positiva de 600% teve influência, principalmente, das despesas com “Vencimentos e Salários”, “13º Salário”, “FGTS”, “Contribuições Previdenciárias – INSS” e “Auxílio-alimentação Civis” devido à contratação dos novos empregados ao longo do ano de 2014. Houve convocação nos

hospitais HUPI, HUPES, MCO, HUCAM, HUAB, MEJC, HCPE, HUPAA, HUB, HUOL, HUUFMA, HUUFMD, HCUFTM, HUSE e HUJM.

5.2 – grupo Despesas Operacionais, subgrupo Despesas com Administrativas – Esse grupo foi influenciado pela aquisição de “material de consumo imediato” para a sede e o HUPI, HUOL, HUAB e MEJC, tais como material de escritório e medicamentos, resultando numa variação positiva de 600% no ano de 2014 em relação ao ano de 2013.

5.3 – grupo Despesas Operacionais, subgrupo Despesas com Material de Informática – A variação positiva de 375% foi influenciado pela conta “Serviços Técnicos Profissionais de T. I.” decorrente da aquisição de softwares, firewall e outras tecnologias necessárias ao adequado funcionamento da T.I. na sede e nos hospitais universitários, despesa ocorrida, principalmente, no 4º trimestre de 2014.

5.4 – grupo Despesa com Serviços de Terceiros – A variação positiva de 567% decorre principalmente das contas “Serviços Técnicos Profissionais” referente à contratação de consultoria para apoio à gestão e melhoria de processos de negócio e “Suporte a Usuários de T. I.” referente aos serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação, contratados para a prestação de serviços à sede.

5.5 – grupo Resultado Não Operacional, subgrupo Receitas e Despesas de Concurso e subgrupos/contas influenciadas por estas – a variação de 178% da conta “Receita de Concursos” é devido a redução da arrecadação da receita pelo encerramento das inscrições dos concursos públicos em andamento. Essa conta compõe-se da parte que pertence às instituições organizadoras e uma pequena parcela que pertence à EBSEH, dependendo da quantidade de inscritos e do valor das taxas conforme definido em contrato. Contudo, essa pequena parcela que pertence à EBSEH é utilizada para custear as isenções. A variação de 155% da conta “Despesa de Concurso – por Restituições e Apropriações” refere-se ao repasse dos valores arrecadados às instituições organizadoras dos concursos públicos.

Nota 6. Conciliação entre o Balanço Patrimonial conforme a Lei 6.404/76 e o Balanço Patrimonial conforme a Lei 4.320/64, em atendimento ao estabelecido no item 9.4 do Acórdão nº 2016/2006 – TCU – Plenário.

Em R\$

Conciliação entre os grupos totais do ativo e do passivo, anos 2014 e 2013, Balanços Patrimoniais conforme Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64 extraído do SIAFI

ATIVO	Lei 6.404/76 - BP publicado		ATIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferença entre os totais do ativo da 6.404/76 (-) 4.320/64	
	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Circulante	65.740.590,66	27.152.033,43	Circulante	73.959.823,19	152.672.312,84		
Não Circulante	38.863.665,62	11.703.020,02	Não Circulante	38.863.665,62	(108.028.199,47)		
TOTAL DO ATIVO	104.604.256,28	38.855.053,45	TOTAL DO ATIVO	112.823.488,81	44.644.113,37	8.219.232,53	5.789.059,92

PASSIVO	Lei 6.404/76 - BP publicado		PASSIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferença entre os totais do passivo da 6.404/76 (-) 4.320/64	
	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Circulante	94.773.485,16	17.324.247,28	Circulante	118.672.172,91	144.995.006,28		
Não Circulante	-	-	Não Circulante	36.522.575,78	(53.947.510,84)		
Patrimônio Líquido	9.830.771,12	21.530.806,17	Patrimônio Líquido	(42.371.259,88)	(46.403.382,07)		
TOTAL DO PASSIVO	104.604.256,28	38.855.053,45	TOTAL DO PASSIVO	112.823.488,81	44.644.113,37	8.219.232,53	5.789.059,92

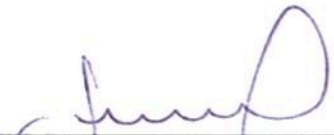
Esclarece inicialmente que a estrutura e composição dos subgrupos do Balanço Patrimonial conforme a Lei 6.404/76 e a Lei 4.320/64 são diferentes, ou seja, ativo circulante não é igual a ativo financeiro, assim como ativo não circulante não é igual ao ativo não financeiro. Como fator preponderante que diferencia estes subgrupos principais do ativo e passivo, destaca-se a figura dos “restos a pagar não processados”, ou seja, os empenhos em que houve a contratação, mas o fornecedor ainda não entregou os bens e serviços, que para a contabilidade pública constituem-se despesas do exercício encerrado, gerando por consequência direitos e obrigações e, para a contabilidade conforme a Lei 6.404/76, somente serão despesa quando o fornecedor entregar os bens e serviços, ou seja, no momento da liquidação. Diante dos procedimentos determinados pela 4.320/64 para a figura dos “Restos a Pagar Não Processados”, observa-se no Balanço Patrimonial, sob a ótica da contabilidade pública exigida pela Lei 4.320/64, contas e seus reflexos no ativo e passivo financeiro, bem como, reflexos no resultado, influenciando diretamente o Patrimônio Líquido.

Com toda a movimentação entre os subgrupos, empreendida principalmente pelos “restos a pagar não processados”, com contas com valores ora positivos, ora retificadores, fatos que não se observam e não são objeto de registro para as demonstrações com base na Lei 6.404/76, só é viável conciliar os totais do ativo e do passivo apresentados nas demonstrações conforme as Leis em questão, visto que, no Balanço conforme a Lei 4.320/64, há uma consolidação das informações entre os subgrupos do ativo e passivo, contrabalanceado com o resultado levado a registro no Patrimônio Líquido, o que propicia a conciliação.

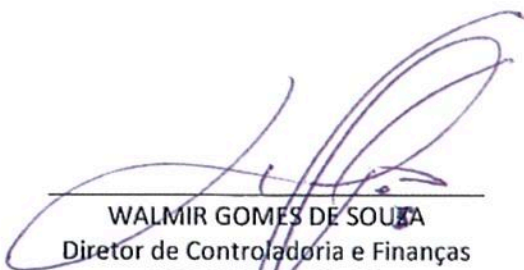
Do exposto, com relação às diferenças entre os totais do ativo dos anos de 2014 e 2013 demonstradas no quadro acima, referem-se aos valores da conta "11.216.0101 -

Recursos a receber por transferência-Termos de cooperação formalizados entre órgãos do OFSS", típica da contabilidade pública e constante do Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64, e cujas características se assemelham aos recursos a receber decorrentes de Restos a Pagar não processados inscritos, não existindo, portanto, lançamentos correspondentes na contabilidade conforme a Lei nº 6.404/76, ocasionando as diferenças. Por consequência dos registros de contrapartida aos da conta "11.216.0101", gera-se as mesmas diferenças entre os totais do passivo dos anos de 2014 e 2013.

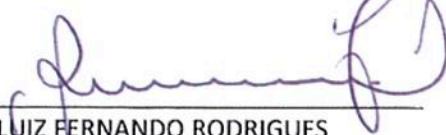
Brasília – DF, 22 de abril de 2015



JEANNE LILIANE MARLENÉ MICHEL
Presidente Substituta
CPF 028.543.778-00



WALMIR GOMES DE SOUZA
Diretor de Controladoria e Finanças
CPF 334.034.061-72



LUIZ FERNANDO RODRIGUES
Chefe de Serviço de Contabilidade Financeira
Contador CRC/DF 018658/O-2 CPF 981.798.296-34

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2014

Ministro de Estado da Educação
JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

Conselho de Administração
Presidente: Luiz Claudio Costa
Paulo Speller
Romeu Weliton Caputo
Fausto Pereira da Silva
Ana Paula do Rêgo Menezes
Bruno Moretti
Natalino Salgado Filho
José Rubens Rebelatto

Conselho Fiscal
Presidente: Luiz Antonio de Mello Rebello
Stela Maris Monteiro Simão
Marcos de Oliveira Ferreira

Presidente em exercício
Jeanne Liliane Marlene Michel

Diretoria de Controladoria e Finanças

Walmir Gomes de Sousa

Diretoria de Atenção à Saúde

Celso Fernando Ribeiro de Araújo

Diretoria de Gestão de Pessoas

Luiz Roberto Moselli (substituto)

Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

Cristiano Cabral

Diretoria de Administração e Infraestrutura

Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque

Lista de Siglas

- AEP:** Assessoria de Apoio ao Ensino e Pesquisa
- AGHU:** Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários
- Anvisa:** Agência de Vigilância Sanitária
- BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAD/DAI:** Coordenadoria de Administração, da Diretoria de Administração e Infraestrutura
- Capes:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CGITS:** Comissão de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde
- CHC:** Consórcio Hospitalar da Catalunha
- CIFT/DAI:** Coordenadoria de Infraestrutura Física e Tecnológica, da Diretoria de Administração e Infraestrutura
- CNPq:** Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DAI:** Diretoria de Administração e Infraestrutura
- DAS:** Diretoria de Atenção à Saúde
- DCF:** Diretoria de Controladoria e Finanças
- Dest-MPOG:** Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do MPOG
- DGP:** Diretoria de Gestão de Pessoas
- DGPTI:** Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação
- DOU:** Diário Oficial da União
- DPOF:** Decreto de Programação Orçamentária e Financeira
- EAD:** Educação a Distância
- Ebserh:** Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
- ENSP/Fiocruz:** Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz
- Epec-SUS:** Programa Ebserh de Pesquisas Clínicas Estratégicas para o SUS
- Fipecafi:** Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras
- FNS:** Fundo Nacional de Saúde
- GAI:** Gratificação por Atividade Instrucional
- GEP:** Gerência de Ensino e Pesquisa

HUF: Hospital Universitário Federal

Ifes: Instituições Federais de Ensino Superior

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

LOA: Lei Orçamentária Anual

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDC/SIG-Ebserh: Módulo de Descentralização de Créditos, do SIG-Ebserh

MEC: Ministério da Educação

MS: Ministério da Saúde

NATS: Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde

NGITS: Núcleo de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

NOC: Núcleo de Operações e Controle

PGITS: Programa Ebserh de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

PPA: Plano Plurianual

Rehuf: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais

Siafi: Sistema Integrado de Administração Financeira

SIG-Ebserh: Sistema Integrado de Gestão da Ebserh

Sigof: Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira

SOF-MPOG: Secretaria de Orçamento Federa, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SPO-MEC: Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC

SUS: Sistema Único de Saúde

TCU: Tribunal de Contas da União

UFMA: Universidade Federal do Maranhão

UFPI: Universidade Federal do Piauí

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UnB: Universidade de Brasília

USP: Universidade de São Paulo

Vigihosp: Aplicativo de Vigilância em Saúde e Gestão de Riscos Assistenciais Hospitalares

Siglas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos respectivos Hospitais Universitários Federais

N.º	IFES	SIGLA	N.º	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL	SIGLA
1	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	1	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFMA	HU-UFMA
2	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	2	HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM	HC-UFTM
3	Universidade de Brasília	UnB	3	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	HUB-UnB
4	Universidade Federal do Piauí	UFPI	4	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	HU-UFPI
5	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	5	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO DE MORAES	HUCAM-UFES
6	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	6	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA	HUAB-UFRN
			7	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES	HUOL-UFRN
			8	MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCIO	MEJC-UFRN
7	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	9	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	HU-UFGD
8	Universidade Federal de Sergipe	UFS	10	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFS	HU-UFS
			11	HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR JOÃO BATISTA DE CARVALHO DALTRO	HRL-UFS
9	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	12	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS	HUGV-UFAM
10	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	13	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MÜLLER	HUJM-UFMT
11	Universidade Federal do Ceará	UFC	14	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	HUWC-UFC
			15	MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	MEAC-UFC
12	Universidade Federal da Bahia	UFBA	16	COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS	HUPES-UFBA
			17	MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA	MCO-UFBA
13	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	18	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFPE	HC-UFPE
14	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	19	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	HC-UFMG
15	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	20	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY	HULW-UFPB
16	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	21	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA	HUSM-UFSM
17	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	22	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN	HUMAP-UFMS

N.º	IFES	SIGLA	N.º	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL	SIGLA
18	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	23	HOSPITAL DE ENSINO DR. WASHINGTON ANTÔNIO DE BARROS	HU-UNIVASF
19	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	24	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES	HUPAA-UFAL
20	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	25	HOSPITAL ESCOLA DE SÃO CARLOS	HU-UFSCar
21	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	26	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	HE-UFPeI
22	Universidade Federal do Paraná	UFPR	27	HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFPR	HC-UFPR
			28	MATERNIDADE VICTOR FERREIRA DO AMARAL	CHC-UFPR
23	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	29	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFJF	HU-UFJF
24	Universidade Federal do Goiás	UFG	30	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFG	HC-UFG
25	Universidade Federal de Tocantins	UFT	31	HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	HDT-UFT
26	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	FURG	32	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DOUTOR MIGUEL RIET CORRÊA JUNIOR	HUMRCJ-FURG
27	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	33	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO	HUAC-UFCG
			34	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO BANDEIRA	HUJB-UFCG
28	Universidade Federal Fluminense	UFF	35	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTONIO PEDRO	HUAP-UFF
29	Universidade Federal do Pará	UFPA	36	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA	HUBFS-UFPA
			37	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO	HUJBB-UFPA
30	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	38	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO	HUPEST-UFSC
31	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	39	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA	HC-UFU
32	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	40	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO	HUCFF-UFRJ
			41	HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	HESFA-UFRJ
			42	INSTITUTO DE DOENÇAS DO TÓRAX	IDT-UFRJ
			43	INSTITUTO DE PUERICULTURA E PEDIATRIA MARTAGÃO GESTEIRA	IPPMG-UFRJ
			44	INSTITUTO DE GINECOLOGIA	IG-UFRJ
			45	INSTITUTO DE NEUROLOGIA DEOLINDO COUTO	INDC-UFRJ
46	INSTITUTO DE PSIQUIATRIA	IP-UFRJ			

N.º	IFES	SIGLA	N.º	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL	SIGLA
			47	MATERNIDADE ESCOLA DA UFRJ	ME-UFRJ
33	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRS	48	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA
34	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	49	HOSPITAL SÃO PAULO	HSP-UNIFESP
35	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	50	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINLE	HUGG-UNIRIO

APRESENTAÇÃO

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi criada em 2011, com o objetivo de assegurar as condições necessárias de estrutura e gestão para o adequado funcionamento das unidades hospitalares vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A estruturação física e de pessoal da Empresa se consolidou no final de 2013 e, em 2014, as ações foram voltadas para a execução dos contratos firmados com as universidades e também para a implementação do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), atividade delegada à Empresa pelo Ministério da Educação (MEC).

O Relatório de Administração 2014 está dividido em seis tópicos, que tratam das realizações da Ebserh nas áreas de atenção à saúde; de gestão de pessoas; de infraestrutura e tecnologia; de finanças; das atividades do Rehuf e aborda também as atividades de ensino e pesquisa.

Ao final do exercício de 2014, a Ebserh contava com vinte e nove filiais, resultantes da assinatura de vinte e dois contratos de gestão com as universidades. As ações descritas a seguir demonstram o esforço da Empresa para cumprir as metas pactuadas e prover os Hospitais Universitários Federais (HUFs) com as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades de assistência à população, e de ensino e pesquisa.

I – Atenção à Saúde

A **Diretoria de Atenção à Saúde (DAS)** está estruturada nas Coordenadorias de Gestão Clínica; de Gestão de Tecnologias em Saúde; e de Regulação Assistencial e Contratualização Hospitalar.

O **Programa Ebserh de Segurança do Paciente**, lançado em abril de 2014, foi uma grande realização da DAS. Na ocasião do lançamento, foi divulgada a Diretriz Ebserh para implementação dos Núcleos e Planos de Segurança do Paciente, com orientações aos HUFs e com o objetivo de padronizar ações, para se trabalhar em rede, promover troca de experiências, otimizar recursos e potencializar resultados; foram implantados Núcleos de Segurança do Paciente em vinte e duas filiais da Empresa.

Outra iniciativa foi a instituição do Comitê Ebserh de Segurança do Paciente, com a finalidade de estabelecer políticas e diretrizes de trabalho, para todas as filiais da Empresa, em prol da promoção de iniciativas que busquem implementar maior qualidade nos processos assistenciais e promover uma cultura hospitalar centrada na segurança dos pacientes.

Complementarmente ao Programa Ebserh de Segurança do Paciente, foi desenvolvido o Aplicativo de Vigilância em Saúde e Gestão de Riscos Assistenciais Hospitalares (Vigihosp), que é um software online para notificações, em tempo real, de incidentes em saúde, queixas técnicas, doenças e agravos de notificação compulsória. Trata-se, portanto, de ferramenta de investigação e gestão de informações acerca da segurança dos pacientes, que foi implantado em vinte e duas filiais da Ebserh.

A criação do Programa, por si só, evidenciou a necessidade de capacitação de pessoal; diante disso, foi celebrada parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) e o Ministério da Saúde (MS), para realização de curso, em nível de especialização, para dezesseis filiais da Empresa, com foco na temática de segurança do paciente.

A gestão do cuidado assistencial constitui outra importante área de interesse da DAS. Em 2014, foram realizadas **Oficinas de Linhas de Cuidado** em seis HUFs, com o objetivo de sensibilizar a equipe de governança e os profissionais de saúde, alinhar conceitos e compartilhar experiências quanto à importância de

implantação de linhas de cuidado. A ideia fundamental é redirecionar o modelo de atenção à saúde focado no médico para o cuidado centrado no usuário/paciente, trabalhando-se de forma compartilhada e multidisciplinar, com projetos terapêuticos singulares e estando o hospital devidamente integrado às Redes de Atenção à Saúde do SUS.

Outro assunto atinente à DAS é a **contratualização com o SUS**, que consiste na instituição e pactuação de um instrumento que formaliza a relação entre os hospitais e a gestão do SUS. Em 2014, foram renovados doze contratos – o que resultou em um acréscimo dos valores aportados aos HUFs da ordem de R\$ 97 milhões/ano.

No campo de **regulação assistencial**, a DAS definiu e divulgou o conjunto de atribuições do Serviço de Regulação Assistencial da Coordenadoria de Regulação Assistencial e Contratualização Hospitalar da Diretoria, em consonância com a elaboração do modelo de referência para aprimoramento das atividades de regulação intra-hospitalar. Nesse sentido, em 2014, seis HUFs filiais receberam visitas técnicas, com vistas a fomentar a construção e a implementação de estratégias e mecanismos para o aprimoramento de seus processos regulatórios. Foram promovidos, ainda, treinamentos e capacitações das filiais, visando à qualificação do registro e processamento das informações de saúde dos hospitais.

Importa destacar que o **monitoramento e a avaliação da atenção à saúde** são outras ações relevantes desenvolvidas pela DAS, operacionalizadas, por meio da coleta, processamento e análise sistemática e periódica de informações e indicadores de saúde, com vistas a subsidiar a tomada de decisões estratégicas.

A DAS é responsável também por realizar, juntamente com os HUFs, os **dimensionamentos de serviços assistenciais dos hospitais**, que constituem uma das etapas fundamentais da fase de pré-contrato, para a construção dos Planos de Reestruturação dos HUFs. Em 2014, foram realizados onze dimensionamentos de serviços assistenciais.

Outra área de atuação da DAS é a da **certificação de hospitais de ensino**, atividade delegada à Ebserh pela Portaria nº 447, de 24 de maio de 2013, do Ministro de Estado da Educação. A certificação consiste na identificação de instituições hospitalares que se caracterizam também como instituições de ensino,

com base em critérios pré-estabelecidos, em consonância com os conceitos do SUS, e considerando a indissociabilidade necessária das dimensões de ensino, pesquisa e assistência à saúde em um HUF.

Em 2014, a área de certificação de hospitais de ensino passou por processo de reestruturação do fluxo estabelecido pela Portaria Interministerial nº 2.400, de 2 de outubro de 2007. Destarte, as ações, no exercício anterior, foram voltadas predominantemente para a elaboração e pactuação das minutas de Portaria que redefinem o processo de certificação, com a previsão, por exemplo, de criação do Banco de Certificadores e de definição do pagamento de auxílio para a certificação.

A criação do **Programa Ebserh de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (PGITS)** foi outra ação da DAS, em 2014, com o objetivo de apoiar as filiais na tomada de decisões quanto à incorporação, alteração e exclusão de tecnologias em saúde nos HUFs.

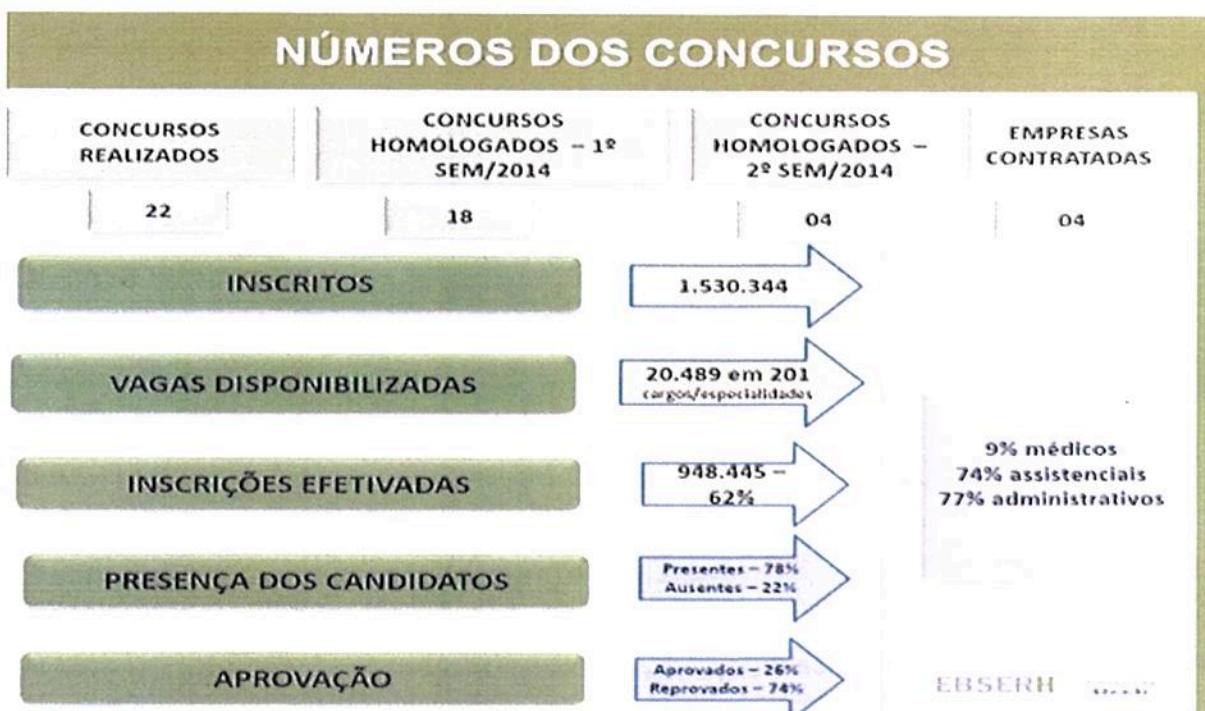
O programa foi devidamente fundamentado com todos os documentos orientadores, elaborados com base na literatura específica da área e em experiências exitosas, além de ter sido validado por cinco HUFs. O desenvolvimento das ações do PGITS conta com a orientação da Comissão de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (CGITS), na Sede da Empresa, e dos Núcleos de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (NGITS), nas filiais. O programa encontra-se em fase de aprovação nas instâncias de governança da Ebserh.

II – Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

A **Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)** realizou, em 2014, nove trabalhos de **dimensionamento de força de trabalho**, os quais, juntamente com o dimensionamento de serviços assistenciais realizado pela DAS, conforme mencionado no item anterior deste relatório, constituem o escopo dos Planos de Reestruturação dos HUFs. A Diretoria realizou também dois trabalhos de readequação de quadro de pessoal.

Para prover os recursos humanos necessários ao pleno funcionamento dos hospitais, foram homologados, em 2014, vinte e dois **concursos públicos**, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Concursos Ebserh 2014.



Houve, ainda, concurso de reposição da força de trabalho do HU da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além de quatro processos seletivos simplificados e um concurso nacional, para atender às necessidades de quatro filiais. Complementarmente, enviou-se ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o Projeto de Adequação da Estrutura Organizacional e do Quadro de Pessoal da Sede.

O quadro abaixo apresenta o número de contratações e integrações realizadas pela DGP em 2014:

Quadro 2. Convocações Concursos Ebserh 2014.

Ano	Convocados	Integrados	Atividades
2014	11.339	8.265	85
CONTRATAÇÃO DE 72,89% DAS CONVOCAÇÕES			

Outra importante ação da DGP, no exercício de 2014, foi a implementação do **Plano de Desenvolvimento de Competências**, que tem por objetivo promover a participação dos empregados da Ebserh em ações que possibilitem o desenvolvimento das competências necessárias à melhoria de seu desempenho profissional, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais. O quadro abaixo apresenta os percentuais de execução, em 2013 e 2014, do Plano acima referido.

Quadro 3. Plano de Desenvolvimento de Competências: Eixos.

EIXO DE CONHECIMENTO	% DE EXECUÇÃO do PLANEJADO	
	2013	2014
Gestão de Pessoas	15%	88%
Administração Pública, Planejamento e Logística	59%	74%
Direito	13%	44%
Saúde	46%	64%
Gestão e Tecnologia da Informação	34%	63%
Orçamento, Contabilidade e Finanças	53%	50%
Comunicação	57%	100%
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	40%	68%

III – Infraestrutura e Tecnologia

A **Diretoria de Administração e Infraestrutura** (DAI) está estruturada em duas Coordenadorias: a Coordenadoria Administrativa e a Coordenadoria de Infraestrutura Física e Tecnológica.

A DAI, na área administrativa, é responsável pelo planejamento e implementação das políticas de **gestão de compras, contratos, patrimônio e logística**; atua, portanto, no provimento de infraestrutura física e de serviços essenciais ao desenvolvimento das atividades da Ebserh, tanto para a Sede quanto para os HUFs filiais. Em 2014, foram realizados trinta e cinco procedimentos licitatórios, envolvendo valores da ordem de R\$ 1,34 bilhão em insumos,

equipamentos e serviços estratégicos. Foram realizadas, ainda, cento e trinta e oito contratações diretas, relacionadas a concursos públicos para provimento de pessoal, a atividades de capacitação e a projetos estratégicos de consultoria.

A DAI é responsável também pela gestão dos bens patrimoniais da Empresa e, em 2014, iniciou os procedimentos de regularização patrimonial das unidades hospitalares filiais, com vistas a imprimir maior transparência e eficiência aos processos de trabalho da área.

Na área de **infraestrutura**, a DAI é responsável pelo desenvolvimento e implementação de diretrizes de infraestrutura física, do parque tecnológico e dos serviços afetos à área de hotelaria hospitalar dos HUFs filiais.

Foram realizadas, em 2014, análises técnicas de pertinência de itens constantes em diversas solicitações de recursos orçamentários inscritos pelos HUFs, no Módulo de Descentralização de Créditos (MDC) do SIG-Ebserh, para aquisição, diretamente pelas filiais, de equipamentos e contratação de serviços de manutenção no escopo dos serviços de **engenharia clínica**.

A Diretoria realizou também o acompanhamento técnico do projeto Consultórios Itinerantes, desde o seu recebimento pelos HUFs até o monitoramento dos serviços de manutenção e calibração de equipamentos e sistemas hidráulicos dos consultórios.

Em 2014, foram realizadas diversas visitas técnicas da Diretoria às filiais e foram promovidas oficinas para o desenvolvimento de planos de ação, com o objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços de **hotelaria hospitalar**; além de terem sido elaborados documentos orientadores para toda a rede Ebserh, como o Modelo de Referência; Bases e Padrões; e o Modelo de Relacionamento.

Foram analisados diversos projetos de infraestrutura custeados pela descentralização de recursos do Rehuf. Paralelamente, foram desenvolvidos trabalhos do **Programa de Gerenciamento Integrado da Infraestrutura Física dos HUFs**, o qual tem como foco analisar os riscos e vulnerabilidades das instalações prediais e monitorar as obras dos hospitais, promovendo maior transparência na aplicação de recursos financeiros.

A DAI, buscando orientar ações que integrem e sejam capazes de promover o aprimoramento dos processos em todas as filiais, tem o propósito de ser referencial de colaboração e disseminador de boas práticas administrativas em toda a rede Ebserh, desenvolvendo, para isso, por meio de suas áreas administrativa e de infraestrutura, permanente trabalho de apoio à execução de projetos prioritários e estruturantes para as filiais da Empresa.

O trabalho da **Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI)**, em 2014, constituiu apoio fundamental ao desenvolvimento de diversos projetos da Sede e das filiais da Ebserh. Foram gerenciados os contratos de fornecedores, envolvendo a gestão e o mapeamento de processos, bem como o desenvolvimento de soluções e infraestrutura de tecnologia da informação (TI).

Importante registrar a ferramenta denominada **Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU)**, que foi concebido a partir de iniciativa do MEC em parceria com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), sistema este que representa avanço considerável na otimização das rotinas do hospital e na melhoria da qualidade da assistência. O aplicativo utiliza prontuário eletrônico, focado na assistência do paciente, a partir do qual vários serviços e controles são gerados e atualizados simultânea e automaticamente. Esta ferramenta está implantada em vinte e nove HUFs, totalizando aproximadamente cento e trinta módulos instalados; seus dados são transmitidos para o Núcleo de Operações e Controle (NOC) e monitorados pela Sede da Ebserh, através do Painel do AGHU.

Visando à sustentação do AGHU, a Diretoria adotou uma solução de TI segura e econômica: os Contêineres Data Centers (CDCs). Já foram entregues treze CDCs para quinze filiais; os equipamentos têm capacidade de até dez racks, um grupo moto gerador individual, sistema completo de refrigeração, sistema de detecção e alarme de incêndio com detecção prematura, circuito fechado de televisão (CFTV) para monitoramento, e interconexão com o hospital, via fibra ótica. Cumpre destacar que as instalações dos CDCs prescindem da realização de obras ou reformas intrusivas nos hospitais.

Com vistas ao aprimoramento dos processos de trabalho e em atendimento às necessidades da Sede, a DGPTI concluiu o **mapeamento de processos** da Sede, alcançando a totalidade de cento e sessenta e dois processos,

derivando-os em novos módulos do SIG-Ebserh. Foram mapeados, ainda, quinhentos e um processos hospitalares de sete filiais, os quais compõem o Caderno Ebserh de Processos e Práticas e Linhas de Cuidado, que resultou na implementação também do sistema de EAD (Educação a Distância). Além disso, a Diretoria desenvolveu vinte e oito novos módulos administrativos no SIG-Ebserh; elaborou um novo Portal de Internet para a Sede e quatro filiais; e desenvolveu novo Portal Intranet para a rede Ebserh.

IV – Finanças

A **Diretoria de Controladoria e Finanças (DCF)**, para a definição da **Programação Orçamentária 2015**, iniciou, em 2014, atividades junto aos HUFs para adequar a programação aos valores constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015 e do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF) de 2015, seguindo o cronograma definido pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF-MPOG). Já foram realizados os levantamentos de informações dos HUFs relativos à previsão de despesas. Atualmente, aguarda-se a sanção presidencial da LOA e a publicação do DPOF 2015 para a conclusão das estimativas de necessidades orçamentárias.

No que tange à elaboração do **PPA 2016-2019**, a DCF teve de conduzir o processo de mensuração quantitativa e qualitativa na definição de objetivos, metas e valores financeiros necessários, contemplando as ações e programas em que a Ebserh está envolvida, e mantendo a necessária interlocução com a unidade responsável pelo planejamento da Empresa. Em 2014, foram iniciadas as tratativas com a Coordenação de Avaliação da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC para análise das ações da Ebserh.

Ação importante que teve início em 2014 é a **gestão plena das filiais**, por meio da arrecadação de suas receitas. Trata-se de proposta de alinhamento de ações da DCF com a DAS e a DGP para promover a renegociação dos contratos com os gestores SUS concomitantemente com a efetiva criação das filiais da Ebserh, bem como para promover a programação de substituição de pessoal precarizado (vínculos precários de contratação), a fim de que os recursos da produção assistencial (SUS)

passem a ser descentralizados do Fundo Nacional de Saúde (FNS) diretamente para a Sede da Empresa. Com esta medida, objetiva-se a definição de mecanismos para o controle da arrecadação da produção assistencial e para a divulgação das informações para toda a rede Ebserh.

Para a gestão plena das filiais, várias etapas devem ser percorridas; no final de 2014 e início de 2015, já havia sido concretizado o processo de transição para a gestão plena de cinco filiais, quais sejam: as três unidades hospitalares vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); o Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); e o HU da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – esta cujo processo foi concluído em 2013.

A DCF elaborou, em 2014, Termo de Referência para aquisição de solução tecnológica para monitoramento e controle de informações acerca da execução orçamentária, financeira e contábil, da Sede e das filiais, com objetivo de avaliar indicadores de desempenho e, também, garantir a transparência da gestão orçamentária e financeira, mediante a publicização das informações.

Outra ação de relevância da DCF, iniciada em agosto de 2014, foi o projeto em parceria com o Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), que está em andamento e tem como objetivo o desenvolvimento de uma nova metodologia de alocação eficiente de recursos aos hospitais. O Projeto resultará na criação de uma metodologia baseada em critérios econométricos, a partir da utilização de variáveis mais complexas, que levem em conta fatores de produção

Na área de gestão financeira, a Diretoria estabeleceu **parceria com o Consórcio Hospitalar da Catalunha (CHC)** visando o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de mecanismos e instrumentos para o aprimoramento da gestão econômico-financeira dos HUFs com autonomia de gestão. Ao longo de 2014, foi realizado seminário com participação de representantes da Sede e das três filiais vinculadas ao projeto (HU Onofre Lopes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; HU da Universidade Federal de Santa Maria; e HU-UFMA), além de uma série de videoconferências com os Consultores do CHC e representantes das áreas financeiras da Sede e das filiais.

Em junho de 2014, teve início o **Projeto de Custos**, em parceria com o Departamento de Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), por meio da

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi), para o desenvolvimento de uma metodologia de apuração e gestão de custos hospitalares. O contrato firmado tem por objetivo a implementação do sistema em dez HUFs, considerando a não existência de metodologia adequada de apuração de custos em instituições hospitalares em geral. O projeto está em andamento e encontra-se em fase de desenvolvimento de Modelo Operacional.

V – Rehuf

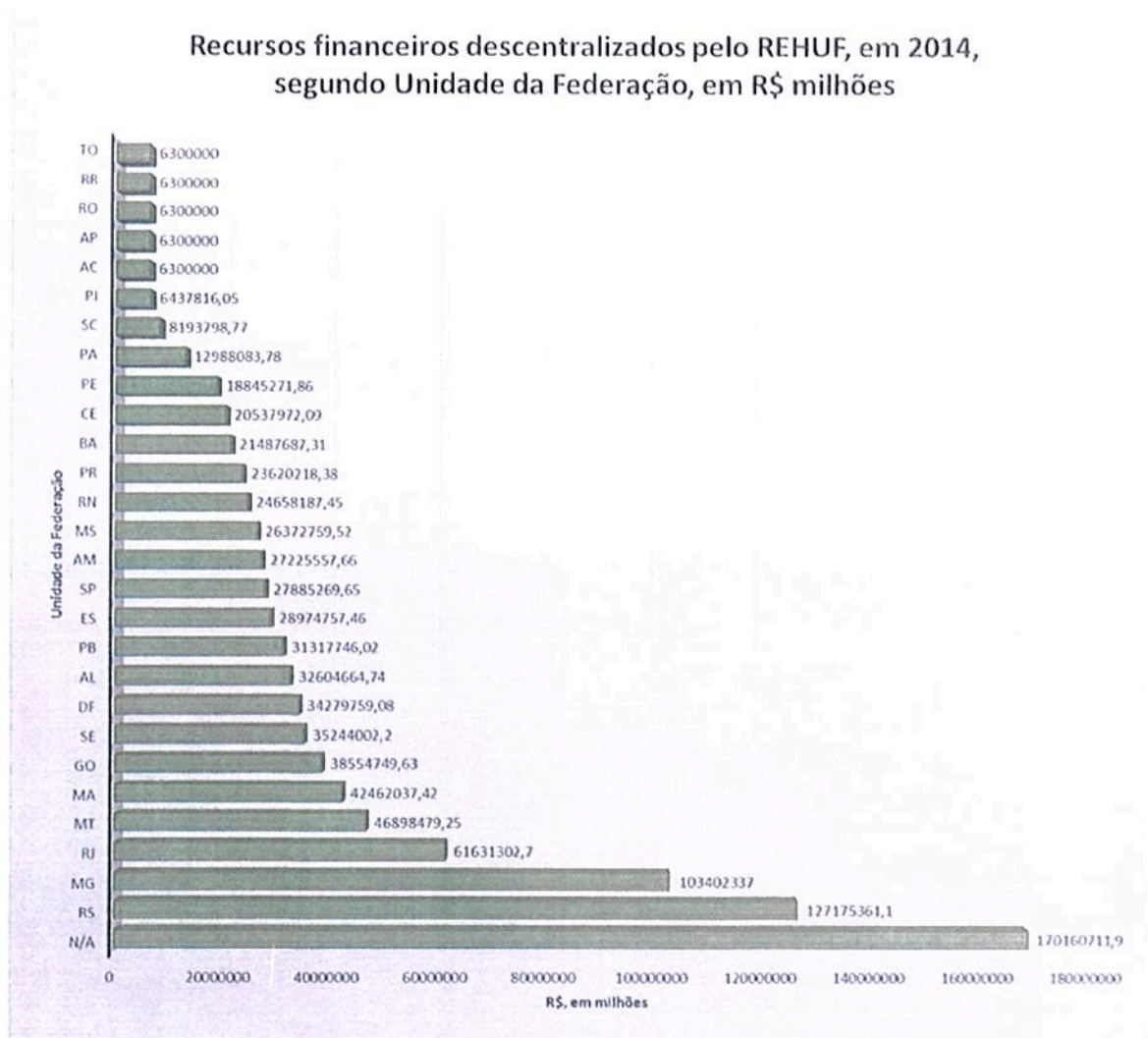
O **Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf)**, instituído pelo Decreto nº. 7.082, de 27 de janeiro de 2010, tem como diretriz a instituição de mecanismos adequados de financiamento da rede de HUFs, partilhados entre os Ministérios da Educação e da Saúde, e operacionalizados por um Comitê Gestor Nacional e comitês internos nas instituições de interesse.

O Programa tem como objetivo aprimorar os processos de gestão; a adequação da estrutura física; a recuperação e modernização do parque tecnológico; a reestruturação do quadro de recursos humanos; o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como à assistência à saúde, com base na avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde.

A partir da criação do Rehuf, os Ministérios da Educação e da Saúde vêm aportando recursos financeiros nos HUFs com o objetivo de modernizar o parque tecnológico e a estrutura física, bem como auxiliar no custeio do funcionamento da rede de HUFs.

Em 2014, os Ministérios da Educação e da Saúde disponibilizaram, em seus orçamentos, R\$ 1.002.458.531,00 (Um bilhão, dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais) para o Rehuf. O gráfico abaixo apresenta a distribuição desses recursos financeiros por unidade federativa do país.

Gráfico 1. Rehuf: Recursos descentralizados por UF.



VI – Ensino e Pesquisa

A área de ensino e pesquisa, antes vinculada à DAS, passou a fazer parte, desde janeiro de 2014, à estrutura da Presidência.

A qualificação da gestão do ensino e da pesquisa nos HUFs foi um dos principais focos de atuação da **Assessoria de Apoio ao Ensino e Pesquisa (AEP)** em 2014, por meio do apoio à **estruturação das Gerências de Ensino e Pesquisa (GEPs)** dos hospitais, bem como do planejamento e monitoramento de suas ações. Este trabalho, de caráter estruturante, foi fundamental para a definição e apropriação do escopo de atuação das GEPs no âmbito da rede Ebserh; para a organização das

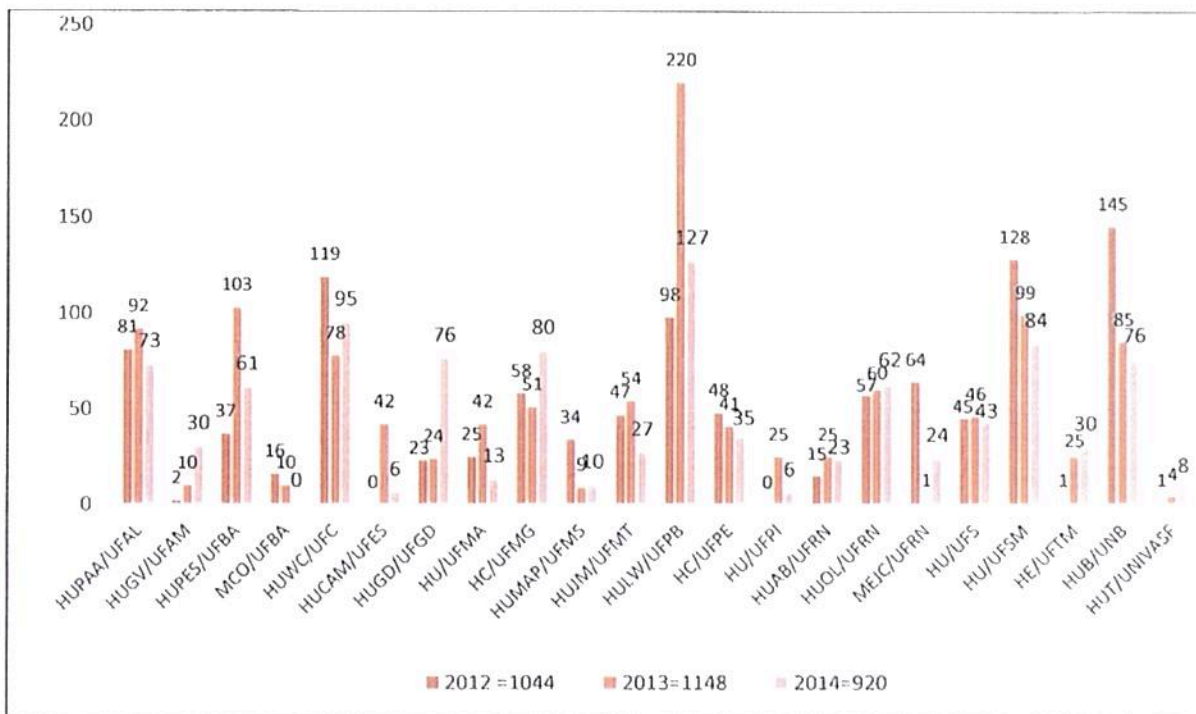
atividades da área nos hospitais, considerando a reestruturação do organograma, que ocorre após a transformação de uma unidade hospitalar em filial da Empresa; e para o estabelecimento da cultura de monitoramento das ações dos HUFs.

Outra ação estratégica da área foi promover a qualificação das informações em ensino e pesquisa, por meio da implementação do **Módulo Projetos de Pesquisa no Sistema de Informações Gerenciais da Ebserh** (SIG-Ebserh), com o apoio da DGPTI, das GEPs e de colaboradores externos. Esta iniciativa foi de grande importância para o levantamento situacional dos projetos de pesquisa dos HUFs.

No âmbito da qualificação das informações da área, foram realizados também estudos para maior conhecimento dos Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) e dos Núcleos de e-Saúde das filiais da Ebserh. Ademais, está sendo desenvolvido sistema de informações sobre a gestão do ensino, com previsão de implantação dos primeiros módulos no primeiro semestre de 2015.

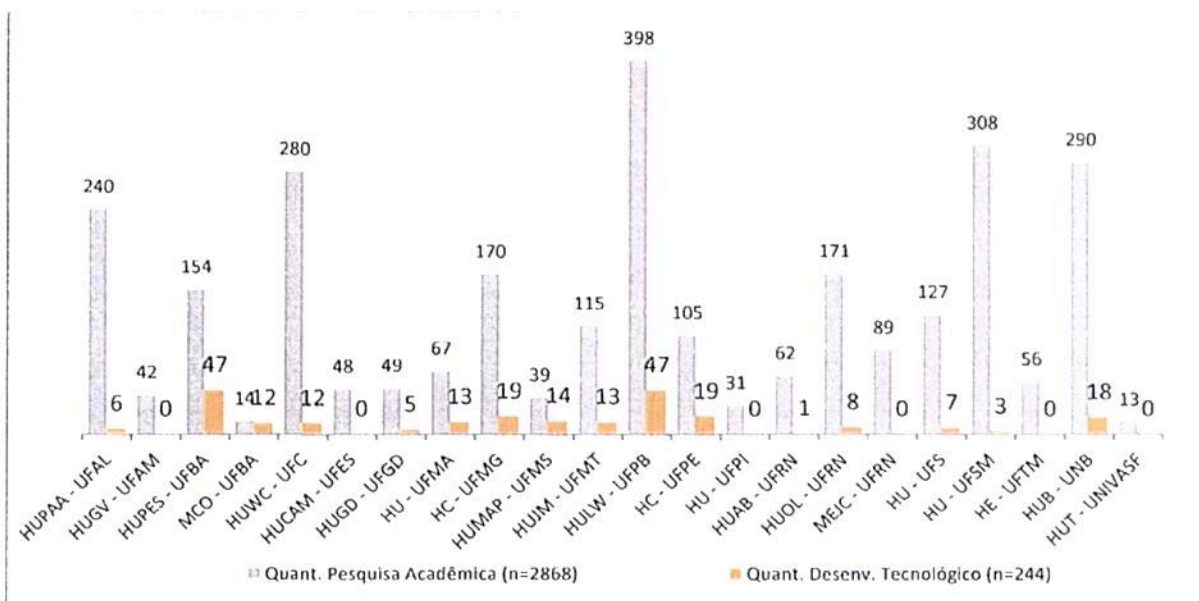
As informações que foram disponibilizadas no SIG-Ebserh, pelas GEPs, no Módulo Projetos de Pesquisa, foram consignadas em relatório preliminar. A seguir, os gráficos com o consolidado de pesquisas iniciadas em vinte e duas filiais da Ebserh, no período de 2012 a 2014.

Gráfico 2: Consolidado de pesquisas iniciadas nos 22 hospitais do sistema Ebserh, segundo ano de 2012, 2013 e 2014 (n=3112).



Fonte: SIG Ebserh

Gráfico 3: Número de pesquisas iniciadas em 22 hospitais do sistema Ebserh, no período de 2012 a 2014, segundo classificação institucional (n=3112).



Fonte: SIG Ebserh

A criação do **Programa Ebserh de Pesquisas Clínicas Estratégicas para o SUS** (Epec-SUS), por meio da Portaria Interministerial nº 9, de 13 de agosto de 2014, foi outra realização de destaque da AEP. O Programa envolveu o MEC; o MS; o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa); e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Epec-SUS fundamentou-se nas seguintes bases: recomendações dos órgãos de controle para institucionalizar, dar maior visibilidade e assegurar o compartilhamento dos benefícios das pesquisas clínicas nos HUFs, e alinhar essas pesquisas às necessidades do SUS; estudos realizados pela Ebserh que apontam a necessidade de harmonizar o processo de aprovação, desenvolvimento e gestão da execução orçamentária desses projetos de pesquisa; e estudos que demonstram as potencialidades dos HUFs em pesquisa clínica no país – atividade fundamental para o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica na área de saúde.

O objetivo central do Epec-SUS é contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico dos HUFs, bem como com a formação profissional em saúde, em consonância com as políticas de Educação, de Saúde e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Programa tem, ainda, como objetivos específicos: a implementação de um modelo de gestão de pesquisas clínicas para os HUFs que assegure sua institucionalização; a promoção, efetividade e transparência no processo de aprovação, desenvolvimento, execução orçamentária e monitoramento das pesquisas clínicas, em consonância com as Boas Práticas Clínicas; e estimular, na rede de HUFs, a realização de pesquisas clínicas em insumos estratégicos para o SUS.

No que pese o Epec-SUS ter como foco as pesquisas clínicas, a iniciativa tende a impactar de forma positiva o aprimoramento dos HUFs como campo de prática para pesquisas acadêmicas de modo geral.

No último trimestre de 2014, foram delineados os aspectos gerais do Modelo de Gestão de Pesquisas Clínicas e foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Epec-SUS, com definição de agenda de trabalho preliminar para 2015.

CONCLUSÃO

Conforme pôde ser observado, as informações constantes deste Relatório indicam para uma Empresa em construção, como era de se esperar, considerando a data recente de sua criação. Entretanto, apesar de nova, algumas ações da Ebserh já adquiriram ritmo próprio e vêm se desenvolvendo rapidamente como é o caso do provimento de recursos humanos para os HUFs, por intermédio dos vários concursos públicos já realizados; das padronizações e protocolos da área de atenção à saúde; e do processo de aquisição centralizada de equipamentos e insumos hospitalares. Já para a implementação de outras ações de gestão, as áreas envolvidas estão desenvolvendo estudos e buscando intercâmbio com instituições que apresentam resultados exitosos em gestão hospitalar.

Faz-se mister pontuar que, até a criação da Ebserh, os HUFs eram geridos pelas Ifes às quais estão vinculados, de modo que, hoje, a Empresa, para desenvolver o sentido de rede, precisa lidar com diversas particularidades e problemas, os quais constituem desafios que têm sido superados, de forma cada dia mais exitosa, pela Ebserh.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA Nº *156* / 2015.

Dispõe sobre o encaminhamento do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 ao Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, no uso das atribuições que lhe confere o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28/12/2011, e


Considerando a documentação apensada aos autos do Processo nº 23477.005515/2015-90.

RESOLVE

Art. 1º Opinar favoravelmente ao encaminhamento do processo que trata do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014, para análise e deliberação do Conselho de Administração.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Sala dos Conselhos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, em Brasília, Distrito Federal, *932* Reunião da Diretoria Executiva realizada no dia *16* de *avril* de 2014.


JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
Presidente em exercício

EBSERH	
NOTA TÉCNICA Nº 02/2015 - AUGE/EBSERH/MEC	Data: 13/04/2015
Assunto: Considerações da Auditoria Interna acerca das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.	Área: Conselho Fiscal e Conselho de Administração

1. Introdução

1.1 Trata-se de solicitação de manifestação da Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2014, a ser apresentada ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração da Ebserh para apreciação e deliberação.

1.2 Considerando que a presente análise refere-se às demonstrações contábeis isoladas apresentadas a esta Auditoria Interna, por meio do Processo nº 23477.005515/2015-90, contendo as demonstrações financeiras e contábeis do exercício de 2014 (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), porém sem os processos administrativos que as compõem e fundamentam, tais como: processo de compras e pagamentos, relatórios de estoque, conciliações dos saldos etc., a presente Nota Técnica não contempla manifestação relativa aos lançamentos que deram origem as demonstrações contábeis apresentadas.

1.3 Considerando ainda que, em conformidade com o disposto em legislação específica (Inciso III, do art. 4º, do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001), as empresas estatais federais deverão encaminhar ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, as Demonstrações Contábeis, aprovadas pela assembleia geral ordinária, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, resta evidenciar a ausência deste referido parecer de auditoria independente.

1.4 Além disso, a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada em parte pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, determina que a emissão de Parecer sobre as demonstrações contábeis seja realizada exclusivamente por contadores devidamente registrados e aprovados em exame de qualificação técnica pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Portanto, somente auditores independentes são habilitados pela CVM para emissão do parecer contábil, o que limita a abrangência da manifestação desta Auditoria Interna.

1.5 Neste sentido, vale ressaltar que o trabalho executado pelo auditor interno não se confunde com aquele praticado pelo auditor independente. O auditor independente realiza seu exame com o intuito de expressar uma opinião sobre a propriedade das demonstrações contábeis,

Assinatura 

a posição patrimonial e financeira da empresa e o resultado das suas operações, origens e aplicações de recursos correspondentes ao período em exame. Assim, o trabalho do auditor independente difere daquele realizado pelo auditor interno, principalmente no que tange ao enfoque das tarefas a serem executadas e abrangência da documentação analisada.

1.6 Analisando o processo encaminhado, foram evidenciadas algumas dúvidas, as quais foram tratadas junto à Diretoria de Controladoria e Finanças – DCF, por meio da SA nº 01-09/2015.

1.7 Após análise dos demonstrativos contábeis e das respostas da SA nº 01-09/2015 foi elaborada e encaminhada para a Diretoria de Controladoria e Finanças – DCF, a Nota Técnica 01/2015 AUGÉ/EBSERH/MEC, de 08/04/2015 contendo as ressalvas encontradas, iniciando-se procedimento para busca conjunta de soluções para as questões evidenciadas.

1.8 Com a realização do procedimento de “busca conjunta de soluções”, algumas ressalvas identificadas pela Auditoria Interna, e que estavam mencionadas na Nota Técnica 01/2015 AUGÉ/EBSERH/MEC, foram devidamente regularizadas pela gestão, conforme depreende-se da Nota Técnica 02/2015 – CC/DCF/EBSERH/MEC, de 09/04/2015, entre as quais destacam-se:

1.8.1 Exclusão da conta “Provisão para 13º salário” da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), e ajuste decorrente da exclusão da provisão na conta “Adiantamento Subvenções e Receita SUS”.

1.8.2 Existência de diferença do saldo da conta “Aumento de capital – AFAC”.

1.8.3 Consolidação indevida de contas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

1.8.4 Acumulação indevida de valores de exercícios anteriores e lançamento em duplicidade de contas da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

1.8.5 Contas contábeis diferentes que apresentavam a mesma descrição no Balanço Patrimonial.

2. Metodologia Utilizada

2.1 As metodologias utilizadas foram conferências de cálculos e análise documental.

2.2 A análise contábil da prestação de contas partiu do pressuposto da adequada mensuração das contas apresentadas, uma vez que não houve auditoria progressiva nas contas, conforme item 1.2 desta Nota Técnica. Os trabalhos limitaram-se, então, a conferência das estruturas contábeis, bem como dos dados apresentados pelo SIAFI.



3. Escopo

3.1 Foi entregue para apreciação desta auditoria o Processo 23477.005515/2015-90 contendo:

- Balanço Patrimonial Sob a Ótica da Lei nº 6.404/76 - Saldo acumulado no ano;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

4. Ressalvas mantidas após o “processo de busca conjunta de soluções”.

4.1 Saldo na conta contábil “13º Salário – Adiantamento” no encerramento do exercício.

4.1.1 Ressaltamos que, na realização dos exames, foi constatado saldo de R\$ 368.452,58 no encerramento do exercício na conta contábil “13º Salário – Adiantamento”, embora, quando do encerramento do exercício, o saldo deveria ser zero. É registrado nessa conta contábil, com fundamento do princípio da competência, o adiantamento da primeira parcela do 13º salário, que ocorre por ocasião do pagamento das férias a partir do mês de fevereiro, quando solicitada pelo funcionário, ou até 30 de novembro, conforme art. 2º, da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965. Em dezembro, quando é quitado o valor do 13º salário, o saldo da conta “13º Salário – Adiantamento” (Ativo Circulante) é transferido para a conta que registra a provisão para pagamento do 13º salário no Passivo, zerando o saldo do adiantamento. Pelo verificado na análise das demonstrações, a citada conta permaneceu com saldo, em função de apropriação de valores de adiantamento de 13º Salário de janeiro de 2015.

4.2 Ausência de informações complementares quanto a composição da conta de despesa com pessoal - “13º salário”.

4.2.1 Com relação ao questionamento sobre a composição da conta de despesa com pessoal - “13º salário” no valor de R\$ 22.638.186,89 a Nota Técnica nº 01/2015 – CC/DCF/EBSERH/MEC, de 02/04/2015, apresenta os lançamentos efetuados no SIAFI, porém não apresenta a composição da conta, o que impede a análise da auditoria. Além disso, também informa que: “(..) à contabilidade compete apenas extrair os lançamentos feitos no SIAFI e demonstrar esses valores nos respectivos demonstrativos contábeis.” A ausência destas informações impede a manifestação quanto aos lançamentos dos pagamentos do 13º salário, inclusive quanto à possibilidade de lançamentos em duplicidade. Cabe ressaltar que constatou-se, na análise dos Demonstrativos Contábeis do 4º trimestre, que as provisões deixaram de ser apropriadas a partir do mês de setembro de 2014.

4.3 Prejuízo do exercício não foi absorvido pelas reservas de lucros.

Assassinado



4.3.1 Foi verificado que, no Balanço Patrimonial, existem reservas de lucros para absorver o prejuízo do exercício, conforme disposto no § único do art. 189, da Lei 6.404/76.

"Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem."

5. Conclusões.

5.1 Esta Unidade de Auditoria Interna entende que as demonstrações apresentadas traduzem a realidade, com as ressalvas apontadas nos itens 4.1 a 4.3.

5.2 Ressalta-se que não foram apresentados nem avaliados os lançamentos contábeis que deram origem às demonstrações contábeis, razão pela qual as avaliações apresentadas se basearam em uma visão estática dos demonstrativos contábeis que constam no processo 23477.005508/2015-98.

5.3 Esta Unidade de Auditoria Interna reitera a orientação quanto à necessidade de realização de auditoria contábil independente que ateste a regularidade dos lançamentos contábeis, bem como as regras utilizadas.

6. Encaminhamentos:

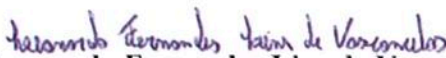
6.1 Encaminhar cópia desta Nota Técnica:

6.1.1 ao Presidente da Ebserh em face do teor deste documento

6.1.2 à Diretoria de Controladoria e Finanças para conhecimento e providências;

6.1.3 ao Conselho Fiscal para conhecimento e deliberação;

6.1.4 ao Conselho de Administração para conhecimento e deliberação.


Leonardo Fernandes Lins de Vasconcelos
CRC DF 021462/O

De acordo,

Brasília, 13 de abril de 2015.


Gil Pinto Loja Neto
Auditor Geral da-Ebserh

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA Nº 156/2015.

Dispõe sobre o encaminhamento do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 ao Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, no uso das atribuições que lhe confere o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28/12/2011, e


Considerando a documentação apensada aos autos do Processo nº 23477.005515/2015-90.

RESOLVE

Art. 1º Opinar favoravelmente ao encaminhamento do processo que trata do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014, para análise e deliberação do Conselho de Administração.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Sala dos Conselhos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, em Brasília, Distrito Federal, 93ª Reunião da Diretoria Executiva realizada no dia 16 de *avril* de 2014.


JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL
Presidente em exercício

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2014.**

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, realizou o exame das Demonstrações Contábeis do encerramento do exercício de 2014, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações: (i) do Resultado do Exercício, (ii) dos Fluxos de Caixa, (iii) das Mutações do Patrimônio Líquido, (iv) do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos recebidos dos Órgãos da Administração e nas orientações da Auditoria Interna consignadas na Nota Técnica nº 2/2015-AUGE/EBSERH/MEC, de 13/4/2015, o Conselho Fiscal é de opinião que as peças examinadas estão em condições de serem encaminhadas para aprovação do Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília/DF, 22 de abril de 2015.


LUIZ ANTONIO DE MELLO REBELLO
Presidente


STELA MARIS MONTEIRO SIMÃO


MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH declara que, em reunião realizada nesta data, acolheu a Nota Técnica editada pela Auditoria Interna e, considerando o Parecer exarado pelo Conselho Fiscal, opina favoravelmente pelo encaminhamento do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, para aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, de acordo com o que estabelece o artigo 13, inciso VII, alínea a, do Estatuto Social da Empresa.

Brasília (DF), 22 de abril de 2015.



LUIZ CLÁUDIO COSTA
Presidente



JEANNE LILIANE MARLENE MICHEL



ANA PAULA DO REGO MENEZES



BRUNO MORETTI



NATALINO SALGADO FILHO

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 43 /2015.

Dispõe sobre o encaminhamento do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, no uso das atribuições que lhe confere o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28/12/2011, e

Considerando a apresentação e os esclarecimentos prestados pelo diretor de Controladoria e Finanças;

Considerando a documentação apensada aos autos do Processo nº 23477.005515/2015-90.

RESOLVE

Art. 1º Opinar favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.

Art. 2º Determinar o encaminhamento do processo ao Ministro de Estado da Educação para proceder conforme estabelece o art. 13, inciso VIII do Estatuto Social da Ebserh.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Sala de Reuniões da Secretária Executiva do Ministério da Educação, em Brasília, Distrito Federal, 35 Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de *abril* de 2014.


LUIZ-CLÁUDIO COSTA
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º Pavimento
Telefones: (61) 3255 8900
70308-200 Brasília / DF

Ofício nº *01* /2015_CA/EBSERH/MEC

Brasília (DF), *28* de *avril* de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENATO JANINE RIBEIRO
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º Andar
70900-045 Brasília – DF

Assunto: Processo 23477.005515/2015-90 – Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis de 2014.

Senhor Ministro,

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Administração com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, acompanhado da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal.
2. Em cumprimento ao que estabelece o artigo 13, inciso VII, alínea a, do Estatuto Social da Empresa, solicito que o processo seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para análise e deliberação.

Respeitosamente,


LUIZ CLAUDIO COSTA
Presidente do Conselho de Administração da Ebserh